



ELA



PORTE
PAGO

ANO IV
JANEIRO
N.º 56
1978
MENSAL
PREÇO 10\$00

Órgão da Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Propriedade, Administração e Redacção
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palacio da Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA
Director: António J. Lavouras Lopes

Composto e impresso nas oficinas
EMPRESA PÚBLICA DOS JORNAIS SÉCULO E POPULAR (EPSP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

DE 13 A 18 DE MARÇO EM LISBOA

Na cidade de Lisboa, a cada esquina das ruas, cada porta das igrejas, a cada entrada do metro, continuamos a deparar com inúmeras pessoas estendendo a mão à caridade. Nos últimos tempos houve-se cada vez com mais frequência aqueles lamentos e apelos que tão bem assentam na mentalidade retrógrada de alguns portugueses — «um tostãozinho para o ceguinho», «dêem a escola ao aleijadinho». E o conseqüente tilintar de mais um e mais outro tostão no fundo da caixa vai-se ouvindo também.

O espectáculo chocante e desumano de colocar uma moeda na caixa do ceguinho só será, talvez, perfeitamente compreendido por quem não deixa de ter perante si a hipótese de se ver ele próprio, numa última instância, numa situação humilhante desse género. A dignidade e o amor próprio do que recebe são esmagados com o peso de uma sociedade que o despreza e lhe cerceia as possibilidades de fazer uma vida igual a todos os outros. O que dá, talvez inconscientemente, contribui, com o seu gesto, embora possa ser inocente, para um adiar de soluções e do estabelecimento de regras numa vivência igualitária de todas as pessoas.

Assim, o que dá mais o que recebe são executores de um pacto desumano e cruel que as sociedades retrógradas e os poderes reaccionários lhes impõem e obrigam a cumprir.

Em Portugal esse pacto foi profundamente abalado com a revolução do 25 de Abril que veio estabelecer novos parâmetros para as relações entre as pessoas e a evolução social. Mas não foi destruído nem banido como muito bem se vê nas ruas das nossas cidades.

Acontece até que assistimos, ultimamente, a uma intensificação da prática da caridade, à evidenciação dos humildes e desprotegidos na sua nua condição, à restauração do desequilíbrio reinante no longo período que terminou em 25 de Abril de 1974. Embora a isto façam barreira tanto a dinâmica da própria sociedade que caminha irreversivelmente no sentido da evolução e do estabelecimento de bases de vivência mais justas, como a consciencialização adquirida dos desprotegidos, verifica-se, contudo, que uma outra força, o poder político e económico, vai actuando em sentido inverso, nitidamente no sentido da recuperação do desequilíbrio, tentando restabelecer a velha ordem de exploradores e explorados.

A isto, que nos humilha e esmaga, não podemos assistir impávidos.

Perante isto não podemos deixar de expressar a nossa profunda preocupação, não podemos deixar de apelar para uma cada vez maior consciencialização dos deficientes deste país no sentido de lutarem pelos seus direitos e não permitirem que os lancem novamente e definitivamente no mundo da marginalização e da alimentação da caridadezinha humilhante, no sentido de não permitirem que as suas deficiências, físicas ou mentais, sejam exploradas a favor da reinstalação da velha ordem.

1.º CONGRESSO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

Sob a organização e responsabilidade da CERCI de Lisboa (Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), vai realizar-se, em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, de 13 a 18 de Março, o 1.º Congresso Nacional para o Desenvolvimento da Criança.

Este Congresso terá como temática «o desenvolvimento normal e inadaptado da Criança», segundo a perspectiva de Piaget, psicólogo de renome mundial, cujas teorias têm desempenhado um papel fundamental na educação de crianças deficientes.

Deslocar-se-ão a Portugal para participar neste Congresso, o próprio Piaget e sua equipa de Génève, Reny Droz e sua equipa de Sansanne, equipa de Paris, equipa de Grenoble, Hans Aebli — Alemanha, Jean Battro — Argentina, Jean Marie Dolle — França, Jerome Bruner — E.U.A. e Richmond — Inglaterra. A participação está também aberta a investigadores portugueses com trabalhos originais.

Este Congresso, o primeiro do género que se realiza no nosso País, deverá revestir-se de grande importância, dado o grande número de

crianças deficientes que existem em Portugal e as débeis estruturas, tanto oficiais como particulares, que suportam a reabilitação e integração social dessas mesmas crianças. Note-se que foram precisamente as CERCIS (Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), já

em grande desvantagem em relação às outras pessoas.

A ADFA estará presente neste congresso através de um seu representante, enriquecendo os seus conhecimentos sobre a realidade dos deficientes a fim de melhor poder desempenhar um papel de intervenção não só em de-

fesa dos deficientes das Forças Armadas como de todos os deficientes em Portugal, incluindo, obviamente as crianças deficientes.

O congresso conta com o apoio do secretariado técnico do movimento cooperativo CERCI, Fundação Calouste Gulbenkian, MEIC e outras entidades.

1.º CONGRESSO NACIONAL

PARA
O DESENVOLVIMENTO
DA CRIANÇA

SOB A ORGANIZAÇÃO
E RESPONSABILIDADE DA

CERCI DE LISBOA



espalhadas por vários pontos do País, que, logo a seguir ao 25 de Abril, dinamizaram e promoveram toda uma actividade a favor da reabilitação de Crianças deficientes. Esse trabalho, que tem produzido resultados práticos, terá que ser encarado como um exemplo para as próprias entidades oficiais que têm o dever de apoiar de modo especial todas as crianças que partem, à nascença, com dificuldades várias, para a caminhada competitiva que as espera na sociedade e por conseguinte

HINO DA ADFA

O Secretariado Nacional da ADFA deliberou, em reunião de 7 de Janeiro que deverá ser criado um hino para a Associação.

O hino será a expressão das ideias que defendem os deficientes das Forças Armadas e constituirá um meio da sua união e mobilização cada vez maior em torno da Associação.

O Secretariado Nacional da ADFA deliberou que se deveria apelar aos sócios, leitores e amigos da Associação para enviarem letras, musicadas ou não, a fim de serem seleccionadas para o hino da ADFA.

Aqui fica esse apelo que esperamos será correspondido.

NESTE NÚMERO PODE LER

- PÁGINA CULTURAL (PÁG. 3)
- COOPERATIVISMO (PÁG. 4)
- VIDA ASSOCIATIVA (PÁGS. 6 E 7)
- FILATELIA (PÁG. 10)
- A CULTURA É UMA ARMA (PÁG. 11)
- VIDA MAIS CARA (PÁG. 12)

**A INCOMPREENSÃO FERRE MAIS
QUE A PRÓPRIA DEFICIÊNCIA!**

TIMOR

NOVO TIPO DE COLONIZAÇÃO

Uma das consequências mais positivas do 25 de Abril de 1974 foi ter posto fim às guerras coloniais, provocando assim o aparecimento de países independentes — Angola, Moçambique, Guiné. Se a descolonização culminou nestes três países com a criação de governos representativos dos povos daquelas ex-colónias, o mesmo não sucedeu em Timor, onde, com a retirada das autoridades portuguesas o poder não foi efectivamente assumido pelos representantes do povo daquele território. Ainda as autoridades portuguesas não tinham abandonado totalmente aquela ex-colónia e já Timor era invadida pelas tropas da Indonésia.

Para ilustrar o que tem sido de facto essa ocupação, transcrevemos uma carta de um padre que se encontra em Timor, divulgada por duas missionárias dominicanas, ex-missionárias em Timor.

Grande foi minha alegria receber notícias vossas. Tantas saudades, tantas lembranças... Bem e agora se quereis falo de mim... Tenho o espírito demasiadamente disperso para vos poder fazer, pelo menos, uma ridícula caricatura de mim e da realidade de Timor, hoje. No entanto vou tentar. Estou como um palito, descalço (sem ser carmelita), esfarrapado (sem voto de pobreza, doente (sem ter servido num hospital)... e a ladainha continuava sem graça nenhuma.

Mas parece-vos que estou brincando? Depois da guerra digo-vos o resto, se até lá durar a vida. Vamos para coisas mais sérias e mais importantes:

Primeira-guerra: Continua com o mesmo furor inicial. A Fretelin persiste na luta apesar da fome, da nudez, da doença, da morte, da crise de entendimentos e objectivos verificada nos últimos tempos. Os invasores intensificaram o ataque nas três modalidades clássicas: terra, mar e ar.

Nos dias 7-31/12/75-Fevereiro/76, encontravam-se ancorados no porto de Dili somente 23 barcos de guerra que vomitavam fogo inteno para as encostas de Dili, 24 horas a fio. Os helicópteros vão de 8 a 12 que diariamente percorrem de lés-a-lés as terras de Timor, os bombardeiros aéreos já são 4, os que deslocam das pistas de Dili. Por terra circulam tanques e blindados sem conta. Os homens armados dos indonésios presentes em Timor, agora, devem ultrapassar 50 mil (não tenho a certeza). Só no mês de Dezembro passado verificou-se intenso movimento de barcos em Dili, descarregando material bélico e desembarcando tropas. A partir de Setembro p. p. a guerra recrudesciu de intensidade. Os aviões bombardeiros não param todo o dia. São centenas de seres humanos que morrem diariamente. Os corpos dos desgraçados ficam pasto das aves de rapina (se não morrerem de guerra, morreremos de peste...) povoações completamente destruídas, alguns sucos dizimados... a guerra vai para o 3.º ano e não promete acabar tão rápido. As barbaridades (compreensíveis na idade média e justificadas na idade da pedra), as crueldades, o saque, o espoliamento inqualificável de Timor, os fuzilamentos sem fundamento, numa palavra, toda a maldade «organizada» lançou fundas raf-

zes em Timor. A insegurança é total e o terror da prisão arbitrária é o pão-nosso de cada dia, (estou na lista das «persona non grata» — qualquer dia me podem fazer desaparecer). A tropa da Fretelin que se rende é despachada: para eles não há prisões. O genocídio está para breve: parece que é para Dezembro próximo. Dado a valentia do timorense, está-se a recrutar timorenses para irem lutar com os irmãos que estão no mato. São eles que marcham à frente dos batalhões (para espantar a caça).

Segundo-Igreja: (O silêncio, o individualismo, a mútua desfeita)... Muitas missões sem sacerdotes; escolas fechadas há mais de dois anos, actividade conjunta nula; nota-se, contudo, hoje, maior consciencialização sobre os acontecimentos e se procura já traçar uma linha de actuação segundo as orientações pós-conciliares. O Bispo resignou, e em lugar temos o Administrador apostólico — o sr. Pe. Lopes... as freiras canossianas já regressaram algumas (7) e chegaram novas carmelitas espanholas (ao todo 6) Temos ainda três jesuítas e os salesianos não nos abandonaram. Os sacerdotes timorenses são: Lopes, (agora monsenhor), Demétrio, Maia,

Áureo, José António, Mário, Cunha, Rafael, Agostinho, Ricardo e Leão que estão na posse dos indonésios; com Fretelin estão os padres timorenses Luís da Costa, Mariano Soares e Francisco Tavares dos Reis. Com a Fretelin encontram-se também o Pe. Lioneto Vieira, Fagundo Martins e Carlos da Rocha Pereira. Com os indonésios estão, além dos jesuítas e salesianos, os goeses, Santana, Monteiro, Brito e os metropolitanos Júlio Aço e Barbosa. Os seminaristas seguem para Flores. As carmelitas já abriram mais uma casa em Dili.

Terceira-situação política: Indefinida. A sabotagem, a mentira impera no sector informativo. A opressão é uma realidade. A integração não é a expressão da vontade do povo. O povo controlado pelos indonésios é, dado o carácter opressor e nivelador da presença dos indonésios, uma mansa ovelha que se leva ao matadouro: perante a força não há resistência: a liberdade é palavra vã, a libertação anunciada é sinónimo de escravatura.. Timor voltou à época dos anos 1945-50; o anti-comunismo é um slogan islâmico que significa «iconoclastia». A reforma dos costumes significa criação de cabarés e de casas de prostituição... No comércio impera a exploração do necessitado e o mercado negro é normal. Os chineses vendem-se com facilidade e são os instrumen-

tos de exploração comercial, a saída para fora de Indonésia são um sonho. A correspondência é aberta.

Quarto. Concluindo: Oecusse está entregue à diocese de Atambua. Já renovaram tudo... a nossa residência de Bispo Medeiros ficou destruída pelo fogo dos bárbaros, o seminário de Dare, destruído; colégio de Maliana, Soibada, destruídos Timor não foi integrado foi «anexado», não foi liberto do «comunismo», foi entregue aos bárbaros e vendido aos indonésios muçulmanos. A liberdade, sob qualquer aspecto, não existe.

Fazei algo de positivo pela liberdade do povo de Timor. O mundo ignora-nos e é pena... estamos a caminho de um eminente genocídio. Até fins de Dezembro próximo a guerra promete ser «carnificina», extermínio. Toda a juventude válida de Timor (30 % da população) está no mato; os indonésios só controlam as vilas numa circunferência de 1 a 2 km. Pedi aos homens, amantes da justiça para que salvem Timor e pedi a Deus para que perdoe os pecados do povo de Timor.

Estou muito cansado e não tenho serenidade para fazer-vos uma pintura mais pormenorizada da realidade de Timor, nestes dois últimos anos. Estamos, aqui, esgotados.

Um saudoso abraço para todos.

Timor, Novembro 1977.

POR DETERMINAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL, TODOS OS SÓCIOS, NO PLENO GOZO DOS SEUS DIREITOS ASSOCIATIVOS, TÊM DIREITO A RECEBER O JORNAL «ELO» SEM QUAISQUER ENCARGOS QUE NÃO SEJA O NORMAL PAGAMENTO DAS SUAS QUOTAS

TELEFONISTAS CEGOS DOS TLP RECLAMAM DIREITO AO TRABALHO

Segundo o semanário «Página Um», na sua edição de 28 de Dezembro passado, os telefonistas cegos do Centro de Ensino dos TLP resolveram criar uma Comissão de Trabalhadores no sentido de tentarem assegurar o direito ao trabalho, dinamizando os responsáveis pela sua colocação no mundo do trabalho.

Num documento que tornaram público, estes deficientes realçam que até ao momento ainda não sentiram qualquer apoio verdadeiramente válido da parte dos Sindicatos ou de quaisquer outras organizações de trabalhadores. E acrescentam: «sabemos que, por sermos cegos não podemos aproveitar qualquer profissão, como fazem os nossos colegas deficientes. Há também uma má informação acerca da nossa verdadeira capacidade de trabalho, pondo-nos desde logo em grande desvantagem. Tam-

bém a militância sindical nos pode abrir melhores perspectivas no seio dos trabalhadores e lançar-nos definitivamente no campo do trabalho e no caminho que desde há muito tentamos trilhar».

Acrescenta este grupo de deficientes:

«Há países em que, por cada cem profissionais é obrigatória a inclusão de um deficiente, como a República Federal Alemã, por exemplo. Porém, é melhor apontar o exemplo dos países socialistas, onde a integração dos deficientes é total. Em Portugal muito pouco é o que se tem feito neste sector. Temos actualmente no nosso país, milhares de cegos reabilitados e muitos deles são telefonistas desempregados.»

Este grupo de deficientes cegos, foi reabilitado pelos centros da especialidade e

está credenciado pelos TLP, pois passou pelo Centro de Ensino, tendo assim ficado preparado para trabalhar com qualquer tipo de PPC. Há, inclusivamente, cegos que têm a possibilidade de manipular os diversos aparelhos sem que haja necessidade de fazer-lhes qualquer espécie de adaptação.

Estes deficientes apelam no seu comunicado para que «acabe de vez o emprego por esmola e que nos seja feita verdadeira justiça. Não queremos mais viver no escuro como até então, mas sim na luz que o trabalho para nós representa. Necessitamos também que haja entre a nossa classe uma maior consciencialização futura para que todos juntos consigamos impor a nossa verdadeira força e deixarmos de ser definitivamente marginalizados pela sociedade como o temos sido.»

QUAL É A CORRECTA?

- Os romances «S. Jorge de Ilhéus»; Capitães da Areia»; «Gabriela, Cravo e Canela», entre outros são da autoria dum fecundo escritor brasileiro
 - José Lins do Rego
 - Mauro de Vasconcelos
 - Jorge Amado
- As palavras acentuadas na antepenúltima sílaba chamam-se
 - Agudas
 - Graves
 - Exdrúxulas
- O mosteiro dos Jerónimos, imponente monumento mandado edificar por D. Manuel I, mercê do rendilhado da sua arquitectura denomina-se por estilo:
 - Manuelino
 - Gótico
 - Barroco
- No ano de 1500 uma frota portuguesa descobriu o Brasil. Essa frota era comandada por
 - Cristóvão Colombo
 - Pedro Álvares Cabral
 - Vasco da Gama
- No jogo de xadrez a expressão «xeque» é utilizada quando:
 - O Rei não pode fugir por lado algum
 - A Rainha está em perigo
 - O Rei está em perigo, mas pode defender-se
- O boé, fagote, cravo, são nomes de:
 - Instrumentos musicais
 - Flores
 - Raças cavалares
- As denominadas guerras Púnicas opunham aos Romanos os:
 - Finícios
 - Cartagineses
 - Medos
- Lumífero é um adjectivo cujo significado é:
 - Que produz luz
 - Que produz lume
 - Que não arde
- «A Morgadinha dos Canaviais» é um apreciado romance que decorre no Minho. A pacatez da província, os amores entre adolescentes, os ciúmes. Pode dizer-se que este romance retrata aquela província no século XIX. O seu autor foi:
 - Camilo Castelo Branco
 - Ramalho Ortigão
 - Júlio Dinis
- Participante activo da Revolução Socialista na União Soviética, ao lado de Lênin, fez parte do Governo Revolucionário. Ideias adversas ao Partido Comunista levam-no à expulsão e mais tarde ao exílio. Foi o fundador da IV Internacional. No México foi assassinado no seu gabinete de trabalho onde preparava novas teses para a recém-formada Internacional. Quem foi ele?
 - Leon trotski
 - Molotov
 - Estaline

6-a); 7-b); 8-a); 9-c); 10-a);
RESPOSTAS: 1-c); 2-c); 3-a); 4-b); 5-c);

PÁGINA CULTURAL

A POESIA É A ARTE-VIVA. A SUA ASSIMILAÇÃO, ALÉM DE INSTRUTIVO, PROVOCA-NOS REACÇÕES FACILMENTE COMPREENSÍVEIS QUANDO LIDA OU ESCUTADA ATENTAMENTE, COM O ESPÍRITO ABERTO A CRÍTICA. A OBJECTIVIDADE E PROFUNDIDADE QUE A POESIA ADQUIRE, VARIA COM O POETA. A POESIA, COMO QUALQUER OUTRA FORMA DE ARTE, TEM DUAS OPÇÕES: — OU ESTÁ A FAVOR DO POVO, DO POVO TRABALHADOR E EXPLORADO; OU ESTÁ CONTRA ESTE A FAVOR DOS EXPLORADORES. PODEMOS AINDA CONSIDERAR A POESIA QUE NÃO DEFENDE NEM ATACA NENHUMA CLASSE, ISTO É, A POESIA ROMÂNTICA OU NÃO INTERVENCIONISTA.

HOJE A LITERATURA DEIXOU DE PODER SER INOCENTE. ELA TEM QUE SER OBJECTIVA E PÔR-SE AO SERVIÇO DA EMANCIPAÇÃO POPULAR.

PARA MELHOR COMPREENSÃO DA ARTE POÉTICA E A SUA FUNÇÃO, CITAMOS MAIAKOVSKI QUE NOS AFIRMA:

PRIMEIRO / É PRECISO / TRANSFORMAR A VIDA / PARA CANTA-LA / EM SEGUIDA

É ESTA «TRANSFORMAÇÃO DA VIDA», DA MANEIRA DE PENSAR E AGIR QUE NÓS PRETENDEMOS LEVAR A TODOS COM A DIVULGAÇÃO DE POETAS, CONSAGRADOS OU NÃO, ATRAVÉS DESTA RUBRICA DO NOSSO «ELO».

CABE-NOS DIZER QUE É NOSSA INTENÇÃO, DIVULGARMOS SEMPRE, PELO MENOS, UM POETA NACIONAL NESTA RUBRICA.

MOTE

Um pobre velho perdido
à minha porta parou,
foi no meu lar acolhido
Até que a morte o levou

I

Com noite chuvosa e fria
Sem haver estrelas nem lua
Encontrei na minha rua
Alguém que esperava o dia.
Eu que não o conhecia,
Passei, muito distraído;
Nem vi que aquele indivíduo
tinha aspecto de mendigo,
E que era assim sem abrigo
Um pobre velho perdido.

II

Estava a uma porta arrumado
Com as mãos nas algibeiras,
Mas a água das goteiras
molhava o pobre, coitado,
Entre em casa magoado
E o infeliz lá ficou,
Mas logo um trovão soou,
E o pobre tremeu de susto,
Vem correndo muito a custo
E à minha porta parou.

III

Eu ordenei-lhe que entrasse,
E o filho da pouca sorte
Tinha a figura da morte
Na sua pálida face.
Disse à mulher que arranjasse
Ceia p'ra o desconhecido.
E ele então de agradecido
Entre soluços dizia: —
Que quando tanto chovia
no meu lar foi acolhido.

IV

Depois o pobre a tremer
De um dos bolsos do seu fato
Tirou p'ra fora um retrato.
Que era de minha mulher.
Chamei-a, veio a correr
Logo ao pobre se abraçou
Pois era o Pai que a criou
Que chegou àquele estado
E ali foi agasalhado
Até que a morte o levou.

ANTÓNIO ALEIXO

A MORTE DE MADRUGADA

Muerto cayó Federico
ANTÓNIO MACHADO

Uma certa madrugada
Eu por um caminho andava
Não sei bem se estava bebado
Ou se tinha a morte n'alma
Não sei também se o caminho
Me perdia ou encaminhava
Só sei que a sede queimava-me
A boca desidratada.
Era uma terra estrangeira
Que me recordava algo
Com a sua argila cor de sangue
E seu ar desesperado.
Lembro que havia uma estrela
Morrendo no céu vazio
De uma outra coisa me lembro:
...Un horizonte de perros
Ladra muy lejos del río...
De repente reconheço:
Eram campos de Granada!
Estava em terras de Espanha
Em sua terra ensanguentada
Por que estranha providência
Não sei... não sabia nada...
Só sei da nuvem de pó
Caminhando sobre a estrada
E um duro passo de marcha
Que em meu sentido avançava.

Como uma mancha de sangue
Abria-se a madrugada
Enquanto a estrela morria
numa tremura de lágrima
Sobre as colinas vermelhas
Os galhos também choravam
Aumentando a fria angústia
Que de mim transverberava.
Era um grupo de soldados
que pela estrada marchava
Trazendo fuzis ao ombro
E impiedade na cara
Entre eles andava um moço
De face morena e cálida
Cabelos soltos ao vento
Camisa desabotoada.
Diante de um velho muro
O tenente gritou: Alto!
E à frente conduz o moço
De fisionomia pálida.
Sem ser visto me aproximo
Daquela cena macabra.

Ao tempo em que o pelotão
Se dispunha horizontal.
Súbito um raio de sol
Ao moço ilumina a face
E eu à boca levo as mãos
Para evitar que gritasse.
Era ele, era Federico
O poeta meu muito amado
A um muro de pedra-seca
Colado, como um fantasma.
Chamei-o: Garcia Lorca!
Mas já não ouvia nada
O horror da morte imatura
Sobre a expressão estampada...
Mas que me via, me via
Porque em seus olhos havia
Uma luz mal disfarçada.

Com o peito de dor rompido
Me quedei paralisado
Enquanto os soldados miram
A cabeça delicada.
Assim via Federico
Entre dois canos de arma
A fitar-me estranhamente
Como querendo falar-me
Hoje sei que teve medo
Diante do inesperado
E foi maior seu martírio
Do que a tortura da carne.
Hoje sei que teve medo
Mas sei que não foi covarde
Pela curiosa maneira
Com que de longe me olhava
Como quem me diz: a morte
É sempre desagradável
Mas antes morrer ciente
Do que viver enganado.
Atiraram-lhe na cara
Os vendilhões de sua pátria
Nos seus olhos andaluzes
Em sua boca de palavras.
Muerto cayó Federico
Sobre a terra de Granada
La tierra del inocente
No la tierra del culpable.
Nos olhos que tinha abertos
Numa infinita mirada
Em meio a flores de sangue
A expressão se conservava
Como a segredar-me: — A morte
É simples, de madrugada...

VINICIUS DE MORAIS

POSSO ESCREVER OS VERSOS...

Posso escrever os versos mais tristes esta noite.
Escrever, por exemplo: «A noite está estrelada,
e tiritam, azuis, os astros lá ao longe.»

O vento da noite gira no céu e canta.

Posso escrever os versos mais tristes esta noite.
Eu amei-a, e por vezes ela também me amou.

Em noites como esta tive-a eu nos meus braços.
Beijei-a tantas vezes sob o céu infinito.

Ela amou-me, por vezes eu também a amava.
Como não ter amado os seus grandes olhos fixos.

Posso escrever os versos mais tristes esta noite.
Pensar que não a tenho. Sentir que a perdi já.

Ouvir a noite imensa, mais imensa sem ela.
E o verso cai na alma como no pasto o orvalho.

Importa é que o meu amor não pudesse guardá-la.
A noite está estrelada e ela não está comigo.

Isso é tudo. Ao longe alguém canta. Ao longe.
A minha alma não se contenta com havê-la perdido.

Como para chegá-la a mim o meu olhar procura-a.
O meu coração procura-a, e ela não está comigo.

A mesma noite que faz branquejar as mesmas
[árvores].
Nós dois, os de então, já não somos os mesmos.

Já não a amo, é verdade, mas tanto que eu
[a amo].
Esta voz buscava o vento para tocar-lhe o ouvido.

De outro. Será de outro. Como antes dos meus
[beijos].
A voz, o corpo claro. Os seus olhos infinitos.

Já não a amo, é verdade, mas talvez a ame ainda.
É tão curto o amor, tão longo o esquecimento.

Porque em noites como esta a tive nos meus
[braços],
a minha alma não se contenta com havê-la per-
[dido].

Embora esta seja a última dor que ela me causa,
e estes sejam os últimos versos que lhe escrevo.

PABLO NERUDA

COOPERATIVISMO

Retomamos neste número um tema que, de certo modo, estava afastado das páginas deste jornal há já algum tempo. Ao voltarmos a dedicar novamente algum espaço ao cooperativismo, com a apresentação de uma série de artigos, pretendemos, além de divulgarmos este meio de participação das pessoas na organização económica da sociedade, que é o cooperativismo, dar oportunidade aos leitores do «Elo» que se interessam por este tema ou se dedicam a esta actividade de comunicarem e transmitirem as suas ideias sobre a função e importância das cooperativas.

Poderá, à primeira vista, e para pessoas menos esclarecidas, parecer descabida a análise e desenvolvimento deste tema nas páginas do jornal de uma Associação de deficientes. Não o é de facto. São as cooperativas, principalmente nos países socialistas, mas também nos países capitalistas desenvolvidos, que têm sido utilizadas como último recurso eficaz para a integração profissional de deficientes, sobretudo de grandes deficientes. Estes, que lutam com dificuldades de vária ordem quando pretendem encontrar trabalho numa empresa devido à ausência de condições compatíveis com a sua deficiência, encontram em cooperativas, concebidas com essas mesmas condições, a possibilidade de se realizarem profissionalmente e de serem úteis a si próprios e à comunidade em que vivem.

Este é um pequeno exemplo ou se se pretender uma justificação) da importância de que se reveste a implantação de uma rede de cooperativas em qualquer país e, por conseguinte, aqui reservamos a este assunto o espaço que ele merece.

Embora se possa afirmar que o cooperativismo organizado e com princípios estabelecidos tenha surgido na Europa, mais propriamente em Rochdale no ano de 1844, sob a forma de uma sociedade constituída por vinte e oito sócios fundadores todos eles operários tecelões em Manchester, no qual propunham na abertura do armazém não só a venda de produtos alimentícios, vestuário, construção de casas e planificação e organização da produção de molde a empregar os seus sócios, baseando toda esta iniciativa em princípios de tal maneira importantes que, quase século e meio depois de elaborados, se mantêm até aos dias de hoje apenas com algumas alterações face à evolução dos tempos, como base fundamental na criação de qualquer Cooperativa de Consumo em qualquer País. No entanto, derivado à sua importância, pois dos Pioneiros de Rochdale se trata, este assunto será tratado num único tema, e iremos então aprofundar neste artigo as razões históricas e causas que levaram o homem a cooperar e praticar o cooperativismo e igualmente conhecer as raízes da formação de toda uma série de teorias criadas tanto por filósofos como por economistas e políticos.

A noção de cooperação surgiu numa época bastante remota, e a partir da altura em que os homens na sua evolução pelo trabalho e prática que foram adquirindo, descobriram que quando estavam unidos eram mais fortes do que isolados, e, tanto nas tribos índias da América Latina como nas tribos africanas, nos clãs da Ásia e nas comunidades antigas europeias, cooperaram sempre numa divisão do trabalho regendo-se entre eles sempre uma base democrática, prática essa que foi desaparecendo na evolução natural dos tempos e cedendo o seu lugar a unidades e formações políticas, com o aparecimento de reinos, estados democráticos ou ditaduras absolutistas. No entanto ainda subsistiu nesta época anterior ao aparecimento do cooperativismo organizado, este tipo de cooperação com o funcionamento de associações de auxílio mútuo e organizações profissionais. Portanto, torna-se bastante difícil localizar em épocas concretas, estas primitivas associações com base cooperativista.

Um dos factores mais importantes que contribuiu para uma melhor consciencialização e interesse pela prática cooperativista, afim de que todos os homens tivessem direito à liberdade e à igualdade, foi, sem dúvida, no século XVIII, com a declaração da independência, após a revolução Americana em 1776, e em 1789 com a revolução Francesa, marco histórico na mudança e alteração do pensamento e acção dos homens. Este conceito de liberdade ao ser adoptado em diferentes opções, se por um lado prevaleceu o egoísmo do homem e a sua sede e ânsia de poder e riqueza, por outro lado e como contrário surgiu a resposta de luta contra este sistema e na qual se encontram as vítimas da primeira opção sendo ideologicamente encaminhadas por variadíssimos teóricos cuja raiz dos seus pensamentos teve como semente as experiências concretas na cooperação e cooperativismo dos trabalhadores, tanto no campesinato como no operariado, e que foram resultantes como atrás já foi referido, da necessidade de uma união de molde a poderem subsistir e evoluir.

Entrando propriamente no movimento cooperativo, este só deu um salto qualitativo após a revolução industrial nos fins do século XVIII, com o aparecimento dos vários pensadores e associações cooperativas, cujo contributo foi importantíssimo na evolução e consolidação do Cooperativismo dos vários géneros (produção, consumo, abastecimento e crédito).

Todo este movimento inicial surgiu num clima e idealismo utópico, mas ao mesmo tempo, e isso é que é importante, caracterizou-se por uma vontade férrea de fugir à miséria e um desejo de emancipação das massas exploradas e escravizadas, sistema de trabalho utilizado na época.

Iremos agora expor numa certa ordem cronológica, em bora num sistema muito sintético, a evolução do movimento cooperativista, incidindo particularmente na Inglaterra, França e Alemanha, países que foram berço dos principais percursos e fundadores dos ideais e experiências neste campo, face à sua situação na Europa e ao avanço industrial e às suas consequentes contrariedades.

Em 1760 os operários dos estaleiros de Woolwich e de Chatham na Inglaterra já se abasteciam de farinha moída nos moinhos por eles criados e geridos. No ano a seguir, 1761, um grupo de tecelões em Fenwick, também na Inglaterra, unem-se numa Cooperativa a que dão o nome de «Penny Capitalists» onde compravam em comum os instrumentos para o seu trabalho e onde também adquiriam géneros alimentares, esta fase já no ano de 1769.

Em 1772 nasceu Charles Fourier, em França, que esboçou várias considerações e projectos entre os quais um no qual os operários deveriam adquirir um edifício próprio onde

reunissem uma cooperativa de consumo, anexando um restaurante e englobando igualmente planos para a educação e cultura. Este projecto surgiu num livro sobre a situação dos trabalhadores domésticos agrícolas, projecto esse que para os condicionalismos da época eram bastante utópicos, pois para que ele resultasse seria necessário abolir a alienação da propriedade e a existência de uma abundância de produtos, o que era impossível. No entanto, os seus pensamentos e projectos são de uma extrema importância, após um estudo profundo e exaustivo. De 1808 e 1893 surge um discípulo de Fourier de nome Considerant, que vai para os Estados Unidos onde organiza uma sociedade comunitária «A Reunião» que fracassa originada pela guerra da Secessão.

Nos princípios do século XIX, surge o Inglês Robert Owen, figura principal e preponderante no movimento cooperativista, pois nas suas realizações distinguiu-se dos restantes pensadores e teóricos pelas suas experiências não utopistas mas com um carácter bastante concreto e realista, dando assim uma nova energia e incentivo ao movimento. A sua principal obra foi concretizada durante um período de doze anos no importante centro de fição de algodão em New Lanark, perto de Glasgow, onde transformou radicalmente as relações de trabalho para os seus operários com uma redução do horário de trabalho, um aumento de salários, o suprimido do trabalho infantil com a formação de escolas para o ensino dos filhos dos operários, estabeleceu também uma pensão para os doentes e para aqueles que se deficientaram no trabalho. Projectou, criou e desenvolveu aldeias cooperativas, cujo principal rendimento era tirado da agricultura, embora se exercessem outras actividades profissionais de molde a que os habitantes se tornassem autónomos. Na sua ideia, estas aldeias cooperativas deveriam comportar de 500 a 3000 habitantes, sendo a cozinha e restaurante para todas as famílias. Este processo falhou não só originado pela má gestão, mas também pelo facto de Owen ter sempre utilizado uma atitude paternalista e um sistema de concretizar as suas ideias como que um mestre, não se tendo preocupado em dinamizar as pessoas, a fim de que fossem elas próprias a criar e desenvolver as suas capacidades no projecto, levando assim a um desinteresse e a um «aguardar» que as coisas aparescessem feitas.

Na mesma época, mas no ano de 1844, surge então a primeira cooperativa de consumo em Rochdale, já referenciada no início deste artigo, e face à sua importância e significado no movimento cooperativo, os seus princípios básicos serão tema próprio a publicar neste jornal.

Em França, no período de 1842 a 1856, Cabet e Dezany basearam-se nas ideias de Owen, projectando Cabet no seu livro «Viagens à terra de Icaro» a construção de uma sociedade tendo como base fundamental a capacidade de perfeição do homem, pensando transformar assim a sociedade. Este seu projecto de sociedade, verdadeiramente utópico, tenta transformá-lo na realidade nos Estados Unidos, onde conhece a derrota deste seu projecto-tipo de sociedade, causada pelas lutas políticas e intrigas internas. Também Dezany, elogia grandemente e propõe a vida comunitária num seu livro intitulado «Código da Comunidade» e editado em 1842. No período da revolução francesa, quando Dézany era ministro do Governo provisório, criou imensas cooperativas de produção e propondo o apoio incondicional do Governo às cooperativas por intermédio de auxílio financeiro e outras disponibilidades, pois só com um incremento ao cooperativismo e à vida comunitária ele previa a transformação da sociedade. Em 1840, escreve um livro com o título «A Organização do Trabalho».

Na Alemanha, o movimento teve a sua evolução e consolidação principalmente no ramo de cooperativas de crédito, pelo pensamento e acção de Hermann Schulze no período de 1808 e 1883. Uma das suas obras principais foi a organização de um auxílio mútuo durante uma crise de bens de consumo no ano de 1846 em Delitzsch. Os membros desta organização procuravam adquirir alimentação e fabricavam pão para a população esfomeada da cidade. Os fundos eram provenientes dos cidadãos ricos. Em 1849, quando Hermann Schulze era deputado, fundou as duas primeiras cooperativas de abastecimento para marceneiros e sapateiros, nas quais mediante uma quota, os membros da cooperativa adquiriam as matérias-primas, pois quase todos os membros eram pequenos comerciantes. No ano a seguir surgiu a primeira cooperativa de crédito, mas só em 1852 e sob a organização de Schulze esta cooperativa funcionou em moldes de uma instituição de auxílio mútuo. Após a criação desta primeira cooperativa de crédito e passados dez anos existiam na Alemanha cerca de cinquenta sociedades cooperativas deste género. Com este grande avanço quantitativo e qualitativo, surgiu no ano de 1846 a primeira união de cooperativas englobando no seu seio quatrocentas cooperativas de produção, consumo, abastecimento e crédito.

PORTUGAL - GUINÉ - BISSAU

FRATERNIDADE É UM FACTO

Não vamos descrever o que foi a visita de Luís Cabral ao nosso País, pois os órgãos de comunicação social já se ocuparam largamente do assunto.

Mas também não podemos deixar de manifestar a nossa opinião e o regozijo que nos causou tal facto.

Outrora terra de guerra, hoje país livre no caminho da

É esse virar da página por que tantos patriotas sempre se bateram e essa cooperação que se desejava, não só com a Guiné-Bissau como com todas as novas nações.

O mito dos «feitos gloriosos dos nossos antepassados» tem que ser, definitivamente, encarado na sua verdadeira dimensão.

Hoje não mais po-



Paz, do Progresso e da Independência Nacional.

É importante que nós portugueses possamos conviver com os nossos irmãos desses novos Estados de expressão portuguesa. E esta visita é de suma importância, pois traduz, dum maneira clara e inequívoca, a distinção que os «guerrilheiros» fazem, e sempre fizeram, entre o colonialismo português e o «zé-soldado» que por imposição do governo fascista, era obrigado a guerrear contra aqueles que apenas defendam a sua pátria.

Essa é uma pedra fundamental, aliás bem expressa nas palavras que Luís Cabral proferiu no aeroporto da Portela a quando da sua despedida:

«— Pensamos que o fim da guerra virou uma página, mas simbolicamente a minha presença aqui, a convite do sr. General Eanes, não só virou também uma página como faz retomar tudo quanto há de comum no passado para a cooperação franca e leal.»

deremos viver de feitos heróicos dos nossos avós. Somos nós quem teremos que fazer feitos heróicos para que os nossos filhos e os nossos netos tenham orgulho em nós. E esses feitos heróicos não serão conseguidos à força das armas. O homem não deve ser o lobo do homem.

A paz, a cooperação, o progresso, a justiça social, a repartição equitativa das riquezas por aqueles que a produzem; essas são as nossas metas, esses são os feitos gloriosos que deixaremos às gerações vindouras.

O primeiro passo está dado. Outros se darão. E o «mundo português» deverá manter e melhorar os vínculos indestrutíveis que o unem.

Tanto o Povo português como os Povos dos novos Estados, estão cansados de guerras. A paz que agora foi conseguida graças ao 25 de Abril é um facto. E os nossos Povos emveredaram por esse maravilhoso caminho. E se todos quisermos nada, nem ninguém, nos poderá afastar dele.

A PERCEPÇÃO PLANTAR AO SERVIÇO DO DESPORTO NO DEFICIENTE VISUAL

Proseguimos a publicação de uma série de Comunicações apresentadas no Seminário de Desporto e Tempos Livres para Deficientes que se realizou em fins de Setembro passado, em Lisboa. Com a publicação destas comunicações tentamos contribuir para que o que no Seminário se disse e concluiu venha a ser do conhecimento de um grande número de pessoas deficientes e não deficientes.

A comunicação que a seguir publicamos foi apresentada por José Alberto B. Moura e Castro, professor de Educação Física e Mobilidade de Deficientes Visuais do Instituto S. Manuel do Porto.

A comunicação desta experiência tem por objectivo informar e recolher elementos que a possam enriquecer. Gostaríamos que os presentes, com experiência neste campo, a transmitam pois ajudam-nos a melhorar a construção de novos espaços desportivos.

Numa perspectiva dinâmica do MUNDO MODERNO onde as solicitações emergem de todas as áreas — fisiológica, morfológicas, psico-social, económica, cultural — com tal intensidade que os EDUCADORES equacionaram a questão nos seus termos mais simples: «Estás preparado para o mundo em que vives?»

Dentro desta dimensão assustadora do MOVIMENTO, cada vez mais dinâmica e exigente, devemos dar importância fundamental à EDUCAÇÃO F. E DESPORTOS principalmente no caso de pessoas inadaptadas.

A actividade física está ligada à actividade desportiva: a 1.ª é indispensável à condição humana — verdadeiro antídoto da vida de hoje nas nossas sociedades. A 2.ª está à disposição das pessoas como possibilidade de se EXPRESSAREM e é sem dúvida uma terapêutica ocupacional muito benéfica.

Toda esta actividade depende, em grande parte, do sentido da visão. Assim, são graves os prejuízos gerados pela falta ou deficiência de estímulos visuais, particularmente, nos primeiros anos de vida, uma vez que eles representam o período de integração e estabilização dos meios básicos da conduta motriz que são fundamentais para o seu desenvolvimento.

O OLHO é talvez o único órgão dos sentidos que possibilita ao homem reagir em tempo, para estar certo que em batimento exacto do calcanhar no solo restitui o equilíbrio no momento preciso. Quando está a caminhar, o andar do cego tem tendência a ficar instável porque a visão é a parte fundamental de actuação total dos sentidos na manutenção do equilíbrio.

A visão é ainda o principal estímulo dos reflexos de protecção e por isso o cego não tem possibilidade, através dela, de reagir com rapidez a uma solicitação.

O deficiente visual tem tendência a uma actividade hipocinética caso não seja estimulado e liberto para uma exploração do seu meio. Primeiramente deverá explorar conscientemente o seu corpo, que poderá ser o seu único mundo, caso o não ultrapasse. Este facto é patenteador pela existência de maneirismos. Mas em nossa opinião, o inadaptado visual, poderá através do seu potencial BIOPSIKO-SOCIAL, apoiado por exploração educacional correcta da sua sensibilidade proprioceptiva, interoceptiva e exteroceptiva, adaptar-se e integrar-se globalmente no ENVOLVIMENTO que o rodeia. Sem dúvida que os elementos principais des-

te envolvimento é o — HOMEM — PODEMOS EQUACIONAR O PROBLEMA EM DUAS PALAVRAS. OS OUTROS.

Todos os seres humanos, na sua vida de relação, movimentam-se utilizando uma associação de funções sensoriais, que são analisadas pelo cérebro, pelos centros de associação cerebrais e como resposta ao estímulo, coordenam e ordenam os movi-

mentos apropriados — sinergias. Teremos então, estarem fomentadas as relações recíprocas PROFESSOR-ALUNO-COLEGAS, de trabalhar a INSTRUMENTALIDADE PSICOMOTORA NOS SEUS PORTENORES mediante a necessidade e possibilidade de cada UM.

Iniciaremos pela SOMA-

tempo, real, autêntica como achamos que deve ser o comportamento de um EDUCADOR.

Independentemente do tipo de cegueira vamos encontrar mais ou menos acentuados uma série de hábitos motores, não que respeita ao equilíbrio, postura e marcha.

Podemos encontrar no equilíbrio e postura dos deficientes visuais, desvios laterais e posteriores do corpo em relação ao centro de gravidade e parece-nos que o mais comum é o corpo sobre os calcanhais. As pontas dos pés muito divergentes com todo apoio sobre o bordo interno do pé, estruturando pés valgus. Os joelhos estão limitados na extensão fisiológica, provocando má colocação da bacia e exagero nas curvaturas da coluna, hiperlordose e hipercifose. Encontramos uma certa instabilidade na posição (postura) por fraqueza dos músculos dos pés e das pernas. A cabeça

outro esteja totalmente apoiado. Isto porém só é possível prejudicando o desembaraço do andar e a postura natural. É o mesmo que possuir uma perna mais curta que outra.

Podem ser feito um outro ajustamento mecânico como seja a diminuição do passo para uma amplitude de 30 cm e seguir uma trajectória retilínea. Para reconhecer o solo sem perder o equilíbrio o corpo deve inclinar-se ligeiramente para trás com pequeno movimento, pendular da cabeça.

A perda de visão afecta de três maneiras básicas a mecânica da marcha:

— Perda de precisão dos passos;

— Diminuição do equilíbrio;

— Enfraquecimento dos reflexos de protecção.

A compensação da falta de visão processa-se no aspecto mecânico possivelmente no momento em que o bebé começa a andar.

É interessante fazer referência que no estado quadrúpede tanto no animal como na criança, a visão não afecta a mecânica da locomoção lenta, porque movendo um pé de cada vez o centro de gravidade continua a residir nos outros três. Somente os animais que possuem sistema nervoso e olhos mais aperfeiçoados, arriscam o equilíbrio para aumentar a velocidade da marcha ou ter as mãos livres para outras tarefas.

Segundo a fisioterapeuta Josephine Miller, é possível que não haja alteração mecânica no desenvolvimento da locomoção de uma criança cega no período de gatinhar.

As inibições surgem quando a criança começa a andar os primeiros passos sozinha. Antes disso as bases proporcionadas pelas plantas dos pés auxiliadas pelas mãos que se apoiam em móveis e pessoas, não permitem a perda de equilíbrio.

Pelos factos apontados e depois de analisar a situação, optamos por intensificar nossa acção no desenvolvimento da PERCEPÇÃO PLANTAR, pela importância que ela ocupa em nosso entender na efectivação da prática desportiva.

Porquê a importância da percepção plantar? Podemos justificar em termos simplistas, que todo o ser humano tem de estar ligado ao mundo que o rodeia através do seu sistema sensorial, pois o contrário cria um estado caó-

tico. Ora a perda de visão traz uma ruptura em relação ao mundo que é preciso compensar em termos naturais. Esta ruptura acarreta essencialmente um trauma de carácter cinésiológico.

Dentro desta linha de pensamento o que se passa com o deficiente visual faltando-lhe o sentido que lhe dá ou melhor que lhe poderia dar a realidade em termos genéricos. Sente-se inseguro, criando assim uma «armadura de protecção», através de uma actividade hipocinética, de contracturas generalizadas por todo o corpo e maneirismos. É assim criada uma situação falsa de autodefesa.

Preocupados com este quadro fizemos a seguinte experiência.

Procuramos num estádio desportivo, o relvado de futebol, onde não havia obstáculos nem ruídos. Convidamos então nossos alunos cegos e amblíopes, a correr, depois de explicarmos a situação pormenorizadamente e de uma prévia exploração.

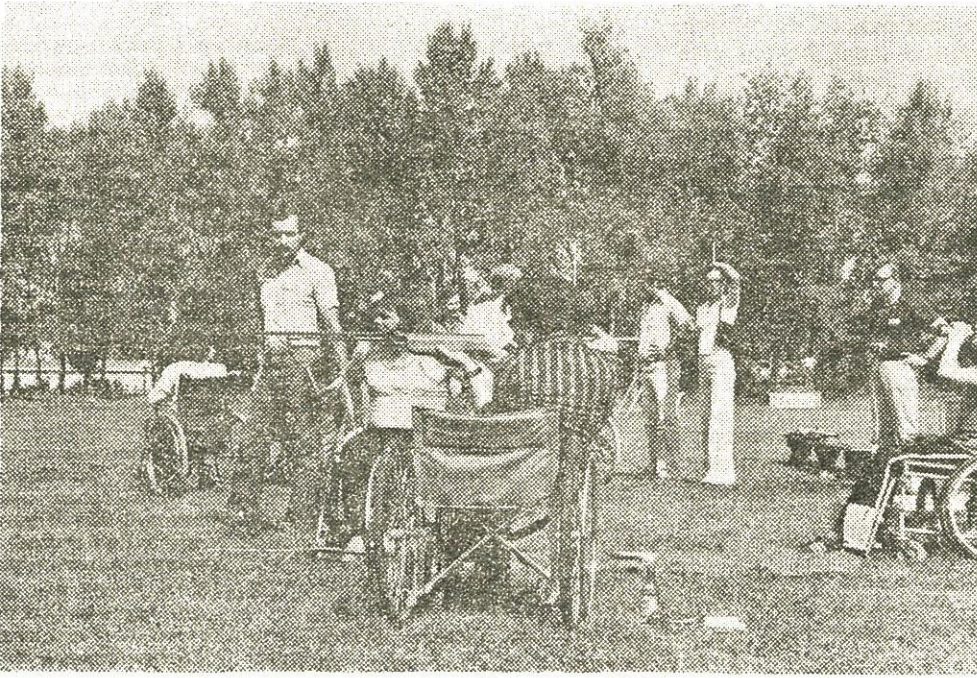
Verificamos que em vez de a situação criar uma atitude libertadora ela foi inibidora, principalmente para a criança cega (tratam-se de alunos com algum passado em educação física). Assistimos a surtos de pequenas corridas, com o corpo projectado para trás, braços em protecção e fisionomia carregada. Mas observamos ainda que a situação não foi motivadora pois após duas ou três corridas a actividade acabava.

Analisando depois os dados recolhidos constatamos que embora o espaço fosse convidativo a uma actividade libertadora, para quem o possa interpretar em termos genéricos — VIDENTES — não era para uma pessoa privada de visão, que só o pode observar analiticamente, faltando-lhe a tal ligação referencial ao envolvimento de que nós falamos.

Na minha reflexão, comparei esta situação um pouco, à de um mundo que fosse, sem cores, fornecido de objectos muito funcionais, lineares, simples, para ser vivido por pessoas com vista. Com certeza achariam monótono, desumano, desorientador.

Isto levantou uma proposta: era necessário criar um espaço desportivo que o deficiente visual pudesse utilizar com todas as suas capacidades.

(Continua na 8.ª pág.)



Desporto, um meio eficaz de reabilitação

mentos apropriados — sinergias.

Continuamos a defender que o sistema sensorial terá que ser trabalhado, em termos de percepção, de maneira a tirar o máximo rendimento e interpretação, na tentativa de superar o handicap.

Nesta perspectiva não podemos, nós educadores de crianças deficientes visuais, esquecer que temos de PERMITIR À CRIANÇA EDUCAR-SE, interpretando e elaborando, os estímulos provenientes de todas as suas fontes sensitivas. A falha de exploração de uma dessas fontes pode criar uma barreira ao deficiente. Por exemplo:

A fonte auditiva é importantíssima para o deficiente visual. — O silêncio para o deficiente visual o mesmo que a escuridão para o vidente.

A locomoção é importantíssima para o deficiente visual. — A não exploração das capacidades motoras no deficiente visual é o mesmo que para o biamputado das pernas e falta de cadeira de rodas.

Queremos com isto dizer que para não deixarmos cair nestes fossos, temos que educar no seu sentido global apelando para todas as capacidades de ser humano não afectadas, para assim poderemos ultrapassar situações angustiantes como as que foram citadas.

Assim, o trabalho de ginásio deverá ser longo e pormenorizado.

Começaremos por uma observação com registo, que

TOGNOSIA, definiremos bem a LATERALIDADE. Faremos um apelo à ORG. ESPAÇO-TEMPORAL, introduziremos a noção RÍTMICA, educaremos o CONTROLO RESPIRATÓRIO e o EQUILÍBRIO.

Como é evidente estes factores fazem parte de um todo, estão interligados e como tal são trabalhados. Apenas por esquematização fizemos assim a sua descrição.

No campo da CINESIOLOGIA O EDUCADOR deve desde logo estar muito atento às situações de base — POSTURA E MARCHA.

Não podemos considerar a postura e a marcha apenas um processo mecânico mas sim dentro de um conceito HUMANISTA. Queremos com isto dizer que são situações em que além do diálogo tónico de repouso, postural, cinético, e do trabalho mecânico, elas estão subjugadas ao foro psíquico (estado afectivo e emocional).

Tudo o MOVIMENTO TEM O SEU SIGNIFICADO e não é apenas um jogo de articulações e músculos. É SEMPRE DEBAIXO DE UM ESPÍRITO EMOCIONAL QUE O HOMEM SE SITUA — POSTURA — E SE DESLOCA — MARCHA.

Depois de definirmos o nosso conceito de MOVIMENTO, para apontarmos claramente a nossa linha de actuação, não deixaremos de trabalhar o sistema mecânico de suporte e motriz do HOMEM de maneira que não despersonalize.

Actuamos sempre debaixo de uma relação psicopedagógica cheia de humanismo de identificação, mas ao mesmo

muito levantada, rígida, ou como na maioria dos casos, a cabeça pendente e balançando lateralmente. Neste ponto pensamos ter grande influência os reflexos opto-kinéticos.

A postura do tronco é muito rígida encontrando-se numa tensão exagerada e ao mesmo tempo em relaxamento os músculos abdominais e das pernas.

É também habitual o peso do corpo estar mal distribuído, sobre uma perna (hemilateral), provocando um desnivelamento da bacia, permitindo o aparecimento de escoliose postural.

MARCHA — Vamos observar um balanço lateral anulando o postero-anterior fisiológico. Os pés estão deslocados lateralmente por efeito da rotação externa das coxas no momento de efectuar a flexão do joelho. Outro factor é o desconhecimento fisiológico cinético da marcha. Pés divergentes ou convergentes, pronados ou supinados. O apoio inicial é feito com todo o pé ou antepé, observando-se a projecção do corpo para trás da linha de gravidade.

Normalmente a marcha é acompanhada por uma contractura generalizada interessando todo o corpo, acentuando-se a nível dos membros superiores — paratonias.

No adulto teremos que nos limitar a duas finalidades, quanto ao ajustamento do andar:

1.º — Reduzir ou abolir a perda de equilíbrio.

2.º — Conservar o centro de gravidade sobre o pé que se apoia no solo até que o

ESTÚDIO FOTOGRÁFICO

DA

A. D. F. A.

FOTOGRAFIA A CORES E A PRETO E BRANCO

★

VENDA DE ARTIGOS FOTOGRÁFICOS

★

REPRODUÇÕES DE FOTOGRAFIAS
MESMO MUITO ANTIGAS

★

REPORTAGENS EM CASAMENTOS,
BAPTIZADOS, BANQUETES, ETC.

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

LARGO DE S. DOMINGOS — TEL. 36 21 67
LISBOA



VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

O DESRESPEITO PELOS DEFICIENTES NO TRABALHO DOIS CASOS FLAGRANTES

O problema da reintegração dos deficientes na sociedade através do trabalho tem sido, desde a primeira hora, motivo de preocupação e desenvolvimento de esforços por parte da ADFA.

Já dura quase quatro anos esta nossa tarefa e os resultados estão bem patentes através das dezenas de camaradas que conseguimos colocar no mundo do trabalho. A ADFA está em condições de provar que os seus slogans — «direito ao trabalho», «reintegração pelo trabalho», «o deficiente pode produzir o mesmo que os trabalhadores ditos normais» — são realidades demonstradas e, salvo este ou aquele caso em que a experiência falhou, os resultados têm sido encorajadores.

Mas nem tudo são rosas, e a razão deste artigo é levar ao conhecimento dos nossos leitores alguns espinhos que ainda continuam a picar aqueles que terão que arrastar atrás de si o peso de uma deficiência que tantas vezes esbarra com a incompreensão de pessoas que ainda não sentem os deficientes como cidadãos iguais e dispostos a lutar no seu posto de trabalho como qualquer outro trabalhador.

José Canzâncio Pardal é nosso sócio, deficiente das Forças Armadas, e que devido ao rebentamento de uma mina incendiária recebeu várias queimaduras, com incidência numa mão. A sua profissão é serralheiro mecânico. Trabalha numa fábrica que fabrica charruas e várias construções metálicas. Era, de há algum tempo, encarregado do pessoal duma secção da fábrica. Na empresa vivem-se tempos difíceis, tenta-se sanear pessoal, acabar com os contestatários e fazer despedimentos de qualquer forma. Segundo o nosso sócio, este foi convidado a exercer sobre os trabalhadores que tinha à sua responsabilidade represálias e pressões com vista a suscitar por parte destes descontentamentos e eventuais reacções que pudessem cair sob a alçada da lei dos despedimentos. O Pardal não foi nisso, negou-se e fez barreira.

Como resultado dessa atitude o nosso camarada foi transferido de serviço e está a ser forçado a trabalhar com uma rebarbadora, serviço que ele não pode fazer devido à sua deficiência.

A ADFA tem tentado ajudar este associado, através dos seus meios, para fazer valer os seus direitos de trabalhador e defender a sua dignidade de deficiente que num posto de trabalho desempenha a sua função de trabalhador.

Entretanto este processo tem evoluído e a entidade patronal prossegue nos seus intentos, tendo a última atitude sido materializada em cinco dias sem vencimento. O trabalhador recorreu imediatamente desta punição junto do seu sindicato.

A ADFA segue atentamente este e outros casos de molde a prestar-lhes todo o apoio possível.

OUTRO CASO FLAGRANTE

António Maria da Graça Matos vive nos arredores de Portalegre. Tem mais de 40 anos de idade e tem família constituída. É sócio da ADFA.

Este nosso camarada dirigiu-se à Associação, apresentando a sua lamentável situação.

Em relação ao problema deste associado, e por ele se revestir de natureza jurídica, a Associação resolveu entregá-lo ao consultor jurídico que elaborou uma reclamação. Transcrevemos essa reclamação, dirigida ao Director dos Serviços de Pessoal do Instituto de Cereais, para melhor evidência deste caso. Desta reclamação foi dado, entretanto, conhecimento a várias entidades oficiais a quem esta questão poderá dizer respeito, entre elas à Comissão Militar de Reabilitação e Assistência (CMRA) e ao Ministro da Defesa Nacional.

ANTÓNIO MARIA DA GRAÇA DE MATOS, casado, fiel de celeiros, residente no Crato, na Rua da Sobreira, n.º 20, não se conformando com o despacho de V. Ex.ª que determinou a cessação das suas funções na Delegação de Portalegre do Instituto de Cereais, vem respeitosamente, e sem prejuízo de recurso, deduzir contra ele a reclamação que segue:

1—Pela nota n.º 34 082 de 29 de Novembro último, V. Ex.ª fazendo apelo ao disposto no n.º 1.º do art.º 78.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, ordenou que o reclamante cessasse as suas funções na Delegação de Portalegre do Instituto de Cereais.

2—Tal despacho, porém, e salvo o devido respeito — que é muito —, é, a um tempo, ilegal e injusto, além de inoportuno.

3—É certo que o reclamante é, por invalidez, pensionista da Caixa Geral de Aposentações e daí resultaria, à primeira vista, a incompatibilidade legal a que se refere a supracitada disposição do Estatuto da Aposentação.

4—Tal incompatibilidade, todavia, não pode afectar o reclamante.

—De facto, e nos termos da nota n.º 14 645 de 17 de Maio de 1977 da Comissão de Gestão do Instituto dos Cereais, foi confirmada a admissão do reclamante nos quadros deste organismo, a partir de 2/5/1977.

—Tratava-se, como se diz no direito administrativo, de um acto definitivo, executivo e constitutivo de direitos.

—Nessas condições, e admitindo que a admissão do reclamante era ilegal, como o Instituto dos Cereais teve conhecimento de que ele era pensionista da Caixa Geral de Aposentações em 27 de Maio seguinte — data em que o reclamante fez a entrega da declaração respectiva, exigida pelos serviços —, segue-se que o despacho revogatório da admissão do reclamante, ora em apreço, tinha de ser proferido no prazo de 30 dias, isto é, até 27 de Junho, o que não sucedeu.

8—Temos, na verdade, que os actos constitutivos de direito só podem ser revogados «apenas quando a revogação se fundar em ilegalidade e dentro do prazo fixado por lei para o recurso contencioso ou até à interposição dele» (n.º 2.º do art.º 13.º do Decreto-Lei n.º 40 768 de 8 de Setembro de 1956), prazo esse que é de «trinta dias» (n.º 1.º do art.º 51.º do Decreto-Lei n.º 41 234 de 20 de Agosto de 1957).

9—Ora, o despacho em reclamação mostra-se proferido no prazo, não de trinta dias, mas de cento e oitenta dias, donde vem a ilegalidade dele.

10—E não é apenas ilegal, porque é também inoportuno e — o que é mais — profundamente injusto.

11—Inoportuno, por um lado, por

(Continua na 8.ª pág.)



Presença do conhecido Pitum da «Cornélia» na festa de Natal em Lisboa

CONVÍVIO DE NATAL NA DELEGAÇÃO DE VISEU

No passado dia 17 de Dezembro, realizou-se o 3.º Convívio de Natal, levado a efeito por esta Delegação. Revestiu-se este ano de aspectos diferentes do ano passado, mas para melhor. De facto, a forma como o convívio foi organizado e apresentado aos associados,

levava a acreditar que haveria um convívio franco, onde as pessoas teriam a oportunidade de confraternizar com os seus camaradas.

E assim aconteceu. Logo de manhã começaram a surgir alguns camaradas e que se foram dirigindo ao local de convívio, na cave do Quartel dos Bombeiros Voluntários, cujas instalações foram cedidas gratuitamente e onde um grupo de elementos daquela Associação colaborou na véspera a fim de preparar convenientemente o espaço por nós utilizado.

Alguns camaradas dedicaram-se à tarefa de preparar as churrasqueiras, onde principiaram a assar sardinhas e em pouco tempo estava consumida uma caixa.

Então foi a vez dos galináceos que haviam sido preparados na véspera. Assaram-se várias dezenas e todos desapareceram rapidamente. Parece que ainda estavam vivos. De salientar que os frangos foram oferecidos pelo camarada LEMOS. Os garrações de vinho parece que estavam furados. Esgotaram-se depressa.

Assim, durante duas ou três horas, todos comeram e beberam, cada um servia-se a si próprio, muitos bebiam pelo mesmo garração, enfim convivia-se a sério.

No entanto, havia outras coisas. De manhã projectaram-se alguns filmes, com a colaboração da Direcção Geral de Extensão Educativa — Delegação Regional de Viseu.

De tarde actuou o Grupo de Fantoques «GRUPO ESCARAVELHO» de Mosteiro de Fráguas — Tondela, que apresentou as seguintes peças:

1.º — *A Princesa Beringela*
Personagens:
princesa Carla
camponesas... Adélia e Bela
príncipe Toneca
mágico Miguel
monstro Pinto

2.º — *O João Pateta*
Personagens:
Mãe Adélia
João Miguel

3.º — *A Cigarra e a Formiga*
Personagens:
Formiga Adélia
Cigarra Bela

4.º — *A Rosinha na Floresta*
Personagens:
Rosinha Adélia
Mãe Bela
Polícia Toni
St.ª Maria ... Céu
Bruxa Carla
Fada boa ... Bela e Graça

5.º — *O Caçador*
Personagens:
Caçador Toneca
Bicho Miguel
Homem Carla

6.º — *A Maria Preguiçosa*
Personagens:
Maria Adélia
Marido Carla
Pai Toni

7.º — *A Triste Viúvina*
Personagens:
..... Adélia
..... Miguel

No final todos os fantoches, cantaram e dançaram a «Machadinhas».

Após a actuação deste grupo, cujos fantoches são movimentados só por crianças, entre os 6 e 15 anos, coordenado pelo sr. José Luís Duarte Machado, foi-lhe oferecida uma recepção nas instalações da Delegação da A. D. F. A., com um mini

(Continua na 8.ª pág.)

UMA FESTA DIFERENTE

Foi uma festa maravilhosa, muito diversa de qualquer festa de Natal, esta nossa reunião no Lar Militar. Ali fomos, com nossas famílias, conviver, visitar os Deficientes acamados, aplaudir os Artistas amigos da A. D. F. A....

Enganou-se quem esperava uma festarola impecável, com discursos protocolares!

Não amigos, na A. D. F. A. não há doutores bem falantes, nem senhoras elegantes a brincar à caridade... Há trabalhadores que se vestem de palhaços par divertir as crianças, temos o Sá Flores com os poemas que falam de Abril e histórias encantadoras sobre meninos com pais que andaram, lá longe, na guerra, temos muitos, muitos amigos, desde a família Pitum a uma jovem Educadora capaz de mobilizar a miudagem.

Para além disto, um grupo de Sócios com coragem para arrancar com a ideia e garra para levar à prática esta reunião inesquecível, com defeitos, e ainda bem, ou não teve piada aquele granel dos balões em fim de festa?

Como afirma inteligente e repetidamente, o nosso consócio, e meu grande amigo, Mau: «o pior cego é aquele que não quer ver!»

A. E. SANTA-RITA



Crianças na festa de Coimbra

VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA VIDA ASSOCIATIVA

SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA

CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE 7 DE JANEIRO

No passado dia 7 de Janeiro realizou-se mais uma reunião do Secretariado Nacional, segundo órgão nacional da ADFA. Transcrevemos na íntegra o resumo da acta da reunião, do qual constam as deliberações daquele órgão.

A reunião teve início às 15h. estando presentes todos os elementos do Secretariado Nacional, excepto os camaradas: JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES TEIXEIRA (DZN) e JOAQUIM ALBERTO SANTANA VALADAS (DZS).

Estiveram presentes como observadores:

— José Manuel Lima Rita — delegação provisória de Ponta Delgada — AÇORES;

— Jaime Fernando Rodrigues Leite — delegação provisória de Ponta Delgada — AÇORES;

— José Luís Rodrigues de Menezes — MAGZN;

— Jorge Manuel da Costa Pinto — DZC.

Iniciados os trabalhos, a Mesa pôs à consideração do Secretariado um pedido da delegação provisória de Ponta Delgada — Açores para que dois elementos seus pudessem estar presentes, nesta reunião, como observadores.

Sobre o assunto o Secretariado Nacional decidiu:

1 — Aceitar a presença dos ditos camaradas na reunião, na qualidade de observadores.

2 — Que da ordem de trabalhos da próxima reunião ordinária do S. N. conste um ponto designado «alteração ao Regulamento do Secretariado Nacional», onde possa ser debatido, não só o problema dos observadores como também o dos representantes nas reuniões do Secretariado.

O Secretariado Nacional aprovou a redacção da acta da sua reunião de 1/10/77, depois de lida pela MAGN.

1.º Ponto da Ordem de Trabalhos: Informação da Direcção Central.

A Direcção Central prestou várias informações ao Secretariado, a propósito do Secretariado Nacional de Reabilitação, dum estágio sobre «Reabilitação e Desporto para Deficientes» acabado de realizar na Alemanha, por dois deficientes da ADFA, e ainda sobre projectos de legislação em estudo, respeitantes aos Deficientes das Forças Armadas.

2.º Ponto da Ordem de Tra-

FESTA DE NATAL EM FAMALICÃO

Dando cumprimento ao publicado no Jornal «Elo» de Novembro, levou a efeito esta Delegação a sua festa de Natal, no dia 17 de Dezembro de 1977.

Com uma concorrência de sócios nunca conseguida até então, concretizou-se na íntegra o programa projectado, o qual foi do inteiro agrado dos presentes.

Cabe aqui realçar, que todo esse programa (palhaços, canções, grupo cultural com tetro de fantoches, entrega de brinquedos, etc.) só foi possível com a colaboração desinteressada e activa dos sócios, bem como do referido grupo cultural (GATEC).

Resta-nos manifestar a nossa satisfação pela camaradagem e franco convívio que reinou durante toda a festa, sendo francamente de lamentar que estes convívios não tenham a mesma aderência quando feitos noutras alturas.

Com saudações associativas.

A delegação de Famalicão.

balhos: Análise da dimensão dos serviços e delegações da Associação.

O Secretariado, depois de ter verificado a necessidade urgente de redimensionar em quantidade e qualidade, as delegações e serviços da ADFA, com vista a uma eficiente cobertura nacional dos deficientes das Forças Armadas, deliberou:

1 — Que as Direcções de zona apresentem, até ao dia nove (9) de Fevereiro, uma proposta de planeamento e definição das delegações na respectiva zona, definindo as prioridades de desenvolvimento, os que serão mantidos extintos ou criados.

2 — Que, segundo o ponto 1, sejam apresentados simultaneamente, os organigramas administrativos nas mesmas delegações.

3 — Estas propostas serão apreciadas e aprovadas na reunião extraordinária do Secretariado Nacional, a efectuar em 11/2/78.

4 — Após aprovação, será estudado o modo de funcionamento dos vários serviços, de forma a haver uma uniformização de critérios com vista a facilitar a coordenação que deve haver a nível nacional.

3.º Ponto da Ordem de Trabalhos: Delegações dos Açores (Ponta Delgada).

Depois de uma exposição da

Direcção Central, sobre o estudo efectuado no arquipélago dos Açores por dois dos seus elementos (Vasconcelos e Ludgero) do qual constou a análise da distância entre as ilhas, da dificuldade de comunicação entre elas e do número de deficientes o Secretariado decidiu abrir, com carácter definitivo, a delegação de Ponta Delgada,



Aspecto da reunião do Secretariado Nacional

nos Açores, ficando, contudo, a definição do seu funcionamento e dimensões, marcada para a reunião extraordinária do Secretariado Nacional de 11/2/78.

4.º Ponto da Ordem de Trabalhos: Abertura de uma delegação na Madeira.

Tendo, ficado resolvido, no âmbito do ponto 2 da Ordem de Trabalhos, que até 9/2/78,

as Zonas apresentam um estudo das delegações necessárias (abertas ou a abrir) bem como de que tipo elas devem ser, o Secretariado decidiu que a Direcção Central, como Direcção da Zona de Lisboa, incluisse nesse estudo, o arquipélago da Madeira.

5.º Ponto da Ordem de Trabalhos: Aplicação de receitas

extraordinárias não previstas nos orçamentos.

a) Logo que uma delegação receba qualquer doação, subsídio, ou realize qualquer outra receita extraordinária não prevista no seu orçamento, deverá, de imediato, comunicar ao Secretariado Nacional.

b) Todo o valor imobilizado, proveniente de doações, passará a fazer parte do património da ADFA, ficando a cargo da respectiva delegação. Se advier usufruto do imobilizado, será considerado cativo à ordem do Secretariado Nacional até à aprovação do orçamento da Associação, do ano seguinte;

c) As importâncias recebidas em numerários, resultante de subsídios, doações ou outras receitas extraordinárias, não previstas no orçamento da delegação, não poderão ser utilizados por esta. Podem, no entanto, ser aplicados pela delegação mediante projecto apresentado na reunião do Secretariado Nacional mais próxima. Se o projecto for rejeitado total ou parcialmente pelo S.N., essa importância, total ou parcial, ficará cativa à ordem do Secretariado Nacional até à aprovação do orçamento da Associação, do ano seguinte.

d) A delegação que receber, de entidades locais, subsídios para fins locais e específicos, aplicá-los-á de imediato, de acordo com esses fins. De entre estes subsídios, os que se destinarem a investimentos e empreendimentos carecem de ratificação do Secretariado Nacional.

6.º Ponto de Ordem de Trabalhos: Hino da ADFA.

O Secretariado, reconhecendo a importância da criação de um Hino para a ADFA, não só como expressão das ideias que defendem os deficientes das Forças Armadas, mas até como meio de os unir e mobilizar cada vez mais em torno da sua Associação, decidiu:

a) Fazer apelo, no próximo número do «ELO», aos sócios, leitores, e amigos da ADFA, para enviarem letras musicadas, ou não, a fim de serem seleccionadas para o Hino da ADFA.

b) Os elementos do Secretariado Nacional contactarão autores de reconhecido mérito para elaborarem propostas do Hino da Associação.

c) Na próxima reunião ordinária do Secretariado Nacional, será feita uma relação prévia de algumas propostas do hino que serão, de seguida, entregues a uma Comissão cons-

(Continua na 8.ª pág.)

4.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

A ADFA vai comemorar o 4.º Aniversário da sua fundação na semana que termina a 14 de Maio. Consideramos esta decisão do Secretariado Nacional de grande importância para a vida associativa da ADFA e para a causa dos Deficientes em geral.

Assim, com a nomeação da Comissão Coordenadora das Comemorações deu-se o arranque. Entretanto cada zona nomeia ainda em Janeiro as suas comissões regionais. Ficam, pois, criadas as condições para que o 4.º Aniversário da ADFA tenha o relevo que merece.

Mas não pode fazer-se uma casa começando pelo tecto. É necessário que sejamos realistas. Por isso se dá conhecimento e apela aos sócios e amigos da ADFA para que participem quer na definição do programa das comemorações quer na realização das mesmas. Só todos juntos, mobilizados à volta desta causa que é nossa, podemos realmente dar a dimensão que o Aniversário da ADFA merece.

FAÇAMOS do 14 de Maio um dia grande na vida associativa dos DFA. Que todos fiquemos mais unidos e mais conscientes da luta que travamos no dia a dia pela reintegração. E que a ADFA saia reforçada de mais esta jornada.

Nos próximos números do «ELO» iremos dando conta aos sócios e amigos da ADFA do andamento da programação. No entanto, todos os interessados podem e devem enviar-nos sugestões para a Sede ou zonas da ADFA que obviamente enriquecerão o programa ainda em fase de elaboração.

A Comissão Coordenadora das Comemorações

Participação dos Deficientes em Torneio de Futebol de Salão

Conforme já noticiado, a ADFA está a participar com uma equipa de futebol de salão no campeonato Isidoro que teve início no passado dia 7 de Janeiro. Os jogos realizam-se, conforme também noticiado, aos sábados no campo do Inatel em Lisboa, das 10 às 12 h.

Na primeira jornada, 7 de Janeiro, a equipa da ADFA jogou com a equipa «Unidos do Gato» e ganhou por 2-0. Este resultado permitiu que a Associação se classificasse em primeiro lugar, na série A, depois da 1.ª jornada. Nesta jornada também o guarda-redes da equipa da ADFA foi considerado o melhor, visto que não sofreu nenhum golo.

São as seguintes as equipas que participam neste torneio de futebol de salão:

ADFA, F. A. C., Iridoro-Br, Unidos do Gato, Gonçalves e Olaio, Inatel, Os Melros e Isidoro-Az.

Na 2.ª jornada, que teve lugar no passado dia 14 de Janeiro, a ADFA jogou com a equipa «Isidoro-Br», tendo-se registado um empate 2-2.

Entretanto a anunciada prova de Tiro ao Alvo, organizada pela Comissão Cultural do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, está marcada para o próximo dia 19 de Fevereiro. A ADFA vai participar, como já noticiado anteriormente, com uma representação de Lisboa. Também a delegação da Associação de Évora se vai fazer representar com uma equipa e oferecerá uma taça.

Ainda no domínio do desporto na ADFA, está em preparação a possibilidade de a Associação, em Lisboa, passar a promover, todos os sábados de manhã, encontros de atletismo para deficientes, em princípio no campo do Inatel ou no Estádio Nacional.

E. U. A.

**DEPOIS DO NÃO À O.I.T.
NÃO À O.C.D.E.?**

Todos os jornais noticiaram que os EUA abandonaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT), alegando quatro razões fundamentais: 1) que a OIT está a perder cada vez mais o seu carácter tripartido (representação nacional de governos, trabalhadores e empresários), dado que, desde a entrada dos países socialistas e a «avalanche» do Terceiro Mundo, os três sectores tendem a diluir-se; 2) está a «politizar-se» cada vez mais, e, em consequência disso, tem aprovado resoluções contra Israel e admitido movimentos de libertação como observadores (a OLP e a CNA); 3) tem tido uns critérios terrivelmente selectivos em matéria de direitos humanos; 4) ao condenar certos países, como Israel, não tem tido a preocupação de se conformar com as suas próprias regras de funcionamento antes de aprovar as acusações.

Isto, traduzido em termos mais claros, significa apenas que os EUA, que durante alguns anos mantiveram a supremacia nas organizações internacionais, não toleram que o seu poder económico e as vultuosas contribuições financeiras para as referidas organizações de nada valham ante uma maioria de países com muito menos peso económico-financeiro.

Que assim é, deduz-se claramente da atitude (menos conhecida mas bem significativa) que os EUA estão a adoptar em relação à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Motivo: o recentemente aprovado código de conduta para as multinacionais. O código foi além do que os EUA desejariam, mas bastante moderado, e de aplicação voluntária. Segundo «The Economist», há provas de que Washington está a tentar sabotar ou pelo menos congelar o

cargo, transformando-o num instrumento inócuo. Por um lado, advertiu os sindicatos de que não aceitará qualquer tentativa de ir além duma interpretação literal das regras estabelecidas; por outro, tentou pressionar o secretário do OCDE no sentido de este não agir em matéria de vigilância da observância do código. Além disso, Washington tentou junto do secretariado da OCDE reduzir ao silêncio o consultor especial da Organização para as multinacionais, o qual ousava escrever no «Observador da OCDE» que o código de conduta das multinacionais (cuja aplicação é, por agora voluntária) acabaria, mais tarde, por se tornar uma norma de direito internacional consuetudinário.

SECRETARIADO NACIONAL

(Continuação das págs. centrais)

tituída para o efeito nessa reunião, a fim de ser aprovado o hino da Associação.

7.º Ponto da Ordem de Trabalhos. Aniversário da ADFA (1978).

O Secretariado Nacional, desejando assinalar convenientemente, a nível nacional, a passagem do 4.º aniversário da ADFA, que se verifica no dia 14 de Maio de 1978, decidiu:

1 — Nomear uma Comissão de três elementos constituída por Flores Santana, Vasconcelos e Barbosa Carneiro, destinada a coordenar as actividades relacionadas com as comemorações daquele aniversário.

2 — Que as direcções de zona nomeiem comissões regionais encarregadas de elaborar projectos de programas para as respectivas zonas, comunicando à Comissão coordenadora, a fim de elaborarem uma proposta de programa nacional a apresentar ao Secretariado Nacional na próxima reunião ordinária.

8.º Ponto da Ordem de Trabalhos: Pagamento de quotas em atraso.

(Continuação da 5.ª pág.)

Ele teria de ser libertador, orientador e aconchegado.

Dentro do mesmo entusiasmo e para o qual contribuíram, estão os Professores Júlio Damas Paiva e Luis Barros, surgindo então um espaço desportivo para actividades colectivas, corridas, saltos, lançamentos baseado em diferenças de pisos, em zonas de protecção e apoio auditivo. É SEM DÚVIDA UM DESAFIO PERMANENTE À PERCEPÇÃO PLANTAR.

Descrição do espaço desportivo.

Num espaço de 40x20 m construímos uma zona de lançamento de peso e uma pista de atletismo de perímetro à volta de 80 m. Era o espaço de que dispúnhamos para a nossa experiência.

No espaço interior às pistas de atletismo construímos um ringue. Tem a particularidade de que a distância de 1,50 m das tabelas a toda a volta o piso é diferente.

As pistas estão protegidas interiormente e exteriormente

O Secretariado Nacional tomou conhecimento, através da Direcção Central, de que existe um elevado número de sócios que não tem regularizado o pagamento de quotas, situação que resolveu pôr cobro, deliberando:

a) Os sócios abrangidos pelo Dec. Lei 43/76 são obrigados a pagar as quotas atrasadas, na íntegra.

b) Os restantes sócios são apenas obrigados a pagar 50 por cento do valor das quotas em atraso. Aqueles que alegarem dificuldades financeiras, serão objecto de elaboração de um processo simples, sobre o qual recairá uma decisão da direcção de zona, isentando-os total ou parcialmente do pagamento dos restantes 5 por cento.

9.º Ponto da Ordem de Trabalhos: «Indexação».

O Secretariado Nacional decidiu conceder a delegação do Porto, a seu pedido, a indexação que lhe tinha sido atribuída no orçamento, destinada a reforçar os «stocks» da Oficina de Próteses.

(Continuação das págs. centrais)

no Instituto dos Cereais; ao contrário, ele é que foi expressamente convidado a pedir a sua demissão do Grémio da Lavoura, porque a sua passagem para o Instituto dos Cereais, segura e foi dito, lhe oferecia melhores garantias, e, afinal, uma das pessoas, pelo menos, que o convidaram, conhecia a sua situação como pensionista;

c) Pretende-se, agora, que o reclamante, que tem a seu cargo a mulher, e dois filhos menores, um com 15 anos e outro com 6 anos, e que tinha a sua situação sensivelmente estabilizada, passe a viver, por determinação de quem lhe protestou melhorar substancialmente a condição económica, com a pensão mensal de Esc. 2.991\$00, que mais não recebe o reclamante da Caixa Geral de Aposentações! É triste, isto!

14 — Tais são os termos, além daqueles que V. Ex.ª doutamente suprirá, em que se suplica pelo deferimento da presente reclamação, revogando-se o despacho em causa, e ordenando-se a reintegração do reclamante nas funções que de facto e de direito lhe competem, o que tudo se pede e espera, confiadamente, por ser de JUSTIÇA!

Os casos que acabamos de abordar são dois dos inúmeros problemas que no dia a dia a ADFA recebe equaciona e tenta resolver. São dois casos difíceis cujo resultado ainda não prevemos. Compete à ADFA despoletar estas situações, lutar para que leis caducas sejam revogadas e dêem lugar a outras em que a justiça social impere. O esforço a desenvolver é enorme. Todos os deficientes têm de consciencializar-se que o meio que nos rodeia ainda é hostil. O esforço terá de ser repartido por todos para que consigamos, progressivamente, melhorar a situação de todos. E muito já foi feito do muito que há para fazer.

DESPORTO PARA DEFICIENTES VISUAIS

por zonas relevadas de 1,50 m mínimo.

Tem três corredores que estão separados entre si por lancis.

As curvas estão feitas em cimento e as regras em saibro.

Estas pistas permitem corridas de velocidade e resistência, mas para tal e devido à limitação do terreno, num dos lados (sentido do comprimento) os lancis podem-se mudar conforme a natureza da corrida a executar (lancis de madeira).

Este facto é devido ao espaço que dispúnhamos ser pequeno e a recta de velocidade ser o prolongamento para os dois lados.

Num dos topos existe uma caixa de areia, para os diversos saltos.

Na partida e chegada da pista de velocidade existem zonas de 3 metros de terreno diferente para indicar os pontos referidos.

As pistas têm a forma convencional de demais pistas de atletismo.

Após a construção do espaço começamos a trabalhar no Instituto do Campo lindo, local onde as pistas estão instaladas, ano 1973.

A população escolar dos dois sexos, tinha idades compreendidas entre 5 e os 12 anos. Na maioria são oriundos de meio rural.

A nossa acção teve início no ginásio com um trabalho a que atrás já fizemos referência.

Os escalões etários dos 8 aos 12 foram os que mais trabalharam na perspectiva de ensaiar o comportamento desportivo nas pistas.

Só no meio do 2.º período começamos a trabalhar nas actividades desportivas no espaço exterior, por duas razões:

— As condições climatéricas serem mais favoráveis;

— Devido ao tempo de preparação para os alunos poderem iniciar a prática desportiva.

1.º — Começamos então por

uma exploração rigorosa do espaço;

2.º — Memorização da forma das pistas;

3.º — Consciencialização da diferença de pisos — PERCEPÇÃO PLANTAR;

4.º — Orientação em termos peripatológicos;

5.º — Actividade desportiva propriamente dita;

a) Explicação da actividade;

b) Actividade em ritmo lento — MARCHA;

c) Corrida lenta;

d) Apontamentos técnicos;

e) Actividade segundo as possibilidades de cada um;

f) Aperfeiçoamento — «TREINO».

Os elementos recolhidos da observação são ainda muito poucos e estão por equacionar, uma vez que o tempo ainda não permite ir mais longe, mas são os primeiros passos, com carácter informativo.

O primeiro sinal altamente positivo, é a libertação e independência que o aluno sente ao entrar nas pistas.

Tivemos oportunidade de observar que o atleta se sente solto podendo dar expansão natural às suas energias.

A POSTURA E A MARCHA tornam-se naturais, confirmando mais uma vez que não são apenas processos mecânicos.

O comportamento geral é de satisfação por SER CAPAZ DE DESENVOLVER UMA ACÇÃO DE INDEPENDÊNCIA — ENTRE ELE E O ENVOLVIMENTO. É este o estado de espírito de todos os atletas que trabalharam nas pistas.

Nem todos estão conseguindo uma perfeita libertação, mas a totalidade ENCONTRA-SE e está apta a trabalhar com entusiasmo as capacidades motoras.

Outro facto observado é sem dúvida a dedicação a que se votam.

Tal foi o entusiasmo que logo viram a possibilidade de

andar de bicicleta, o que desde o início começaram a fazer com êxito.

Embora estejamos satisfeitos com os resultados o tempo de experiência é muito pequeno, mas permite-nos apontar desde já algumas alterações ao projecto inicial.

Os lancis terão que ter largura mínima de 23 cm e ligeiramente abaulados. Os actuais são um pouco altos o que ocasiona desequilíbrio e são estreitos, o que por vezes faz com que o atleta não sinta a limitação do seu corredor.

As pistas de velocidade têm de ser independentes. O sistema empregue, lancis móveis, não são práticos.

As zonas de protecção internas e externas, têm de ter 2 metros no mínimo.

A zona da meta tem que ter no mínimo de 5 a 8 metros de piso referencial.

CONCLUSÕES:

Nesta 1.ª fase, os resultados obtidos são muito promissores, principalmente nos alunos cegos, embora o tempo de observação tenha sido muito curto.

Podemos adiantar que se o escalão etário fosse entre os 10 e os 14 anos, os resultados seriam mais evidentes.

Neste espaço desportivo já foi realizado em Maio de 1977 o 1.º CONVÍVIO DESPORTIVO DE DEFICIENTES VISUAIS:

Esta acção foi organizada e promovida por José Eduardo Fraga, Alberto Eiras, José Eduardo Moz, Moura e Castro, professores de Educação Física em escolas de Crianças Inadaptadas visualmente, respectivamente, Internato de S. José, Internato de Campo Lindo, Instituto S. Manuel. Colaboraram igualmente nesta acção as equipas dos estabelecimentos intervenientes.

Rapazes e raparigas deficientes visuais com idades compreendidas entre os 5 e os 20 anos, em número de 160 participantes que com entusiasmo se movimentam em várias modalidades: Futebol, Hóquei em Patins, Ciclismo, Tração, Damas, Dominó, Corridas de velocidade e resistência, Lançamento do peso, Salto em altura e em comprimento. Ginástica rítmica e desportiva.

Alguns resultados desportivos ultrapassaram as previsões. Este encontro serviu ainda para nos entusiasmar mais a continuar a estudar os resultados equacionando e tornando-os rigorosos, para assim contribuirmos a definir melhor o comportamento do cego congénito, recente e dos amblíopes.

Podemos ainda agora afirmar com toda a convicção da importância da PERCEPÇÃO PLANTAR NA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL.

Esta experiência; pensamos nós, acima de tudo permite continuar a estudar cada vez melhor o comportamento cinesiológico da pessoa inadaptada visualmente.

CONVÍVIO DE NATAL

(Continuação das págs. centrais)

beberete e distribuição de lembranças que identificavam a A. D. F. A.

A actuação deste grupo foi gratuita.

Seguidamente actuou o Grupo Amador do Campo de Viriato, composto por cerca de 18 elementos, oriundos da classe explorada e que trabalham duramente, entre operários, agricultores e empregados do comércio. Este grupo foi criado em 25 de Abril de 1977, tendo já actuado por diversas vezes em aldeias.

Apresentaram a peça, «Assim vai a vida, caldo sem azeite», de autoria de Francisca Preciosa, componente do grupo, sendo apoiados para os ensaios pelo Grupo Centelha.

Esta peça relata a forma como os camponeses são explorados pelo grande capital, representado pelos latifundiários e caciques. Demência, a ferocidade e opressões que se abate sobre os camponeses. Sentem a necessidade de se unirem para combater quem os explora e oprime.

Formam o seu sindicato e assim fazem frente às manobras do capitalismo e imperialismo.

Após a sua actuação foram recebidos nas instalações da Delegação da A. D. F. A., onde se lhes ofereceu um pequeno beberete e se distribuíram lembranças.

Aos filhos dos associados foram distribuídas lembranças, como rebuçados, chocolates, balões e livros infantis.

Os responsáveis pela realização do convívio têm consciência que fizeram o melhor que estava ao seu alcance, não se poupando a esforços pessoais.

O número de associados e seus familiares ultrapassou as 150 presenças.

A todas as pessoas que deram a sua colaboração desinteressada e gratuita, vão os nossos sinceros agradecimentos e o nosso pedido de colaboração para o próximo ano.

De salientar ainda o apoio dado pela Delegação em Viseu, da Direcção Geral da Extensão Educativa, a quem da mesma forma agradecemos, contando com o seu apoio no futuro.

A Delegação de Viseu

COOPERATIVISMO

(Continuação da 4.ª pág.)

A partir do século XIX, têm início as grandes transformações sociais, com o aparecimento dos grandes teóricos do socialismo mundial, tais como Karl Marx, Lenine, Rosa Luxemburg, Mao Tsé Tung e outros, pois todos eles se debruçaram sobre o cooperativismo com a apresentação de variados textos e reflectindo individualmente a sua posição política e propondo as respostas, actuações e soluções para o movimento.

A importância de haver um conhecimento sobre as várias teorias lançadas por estes grandes políticos, e muitos outros que é impossível transcrever aqui, é a de relacionar os avanços e recuos do movimento cooperativista com as grandes transformações sociais nas várias épocas e até ao momento presente.

Para o desenvolvimento deste capítulo, face à sua vastidão e complexidade, não é possível tentar aqui uma demonstração e análise individual de cada personalidade e das suas teorias. No entanto este assunto será o tema para outro artigo.

A CARIDADEZINHA QUE UM JORNAL DO NORTE PROMOVE

Nos últimos números do «Elo» temos transcrito, com a devida autorização obtida através da delegação da ADFA no Porto, artigos publicados no «Jornal de Notícias» do Porto inseridos numa série intitulada «Habilitar a Sociedade a Reabilitar os Deficientes». A forma correcta como o autor desses artigos aborda a problemática dos deficientes merece o nosso apreço e a prova disso é a sua reprodução nas páginas do nosso jornal.

O mesmo «Jornal de Notícias» insere, contudo, nas páginas da sua edição de 10 de Janeiro, um artigo que, não apenas por ser bem diverso daqueles que acima referimos, mas sobretudo por nele ser mencionada a ADFA, não pode deixar de merecer o nosso comentário.

A duas colunas, de alto a baixo da página, se promove, patrocina e apoia a prática da caridadezinha doentia. Caridadezinha que, por iniciativa desse jornal está já a ser praticada por algumas pessoas em relação a um caso e «outros casos».

Se isto não pode deixar de nos preocupar e merecer a nossa reprovação é, contudo, o aparecimento da ADFA no corpo do artigo que nos faz insurgir contra este desbobinar de princípios alienantes e assassinos dum futuro melhor daqueles que realmente são necessitados e desprotegidos.

Trata-se, nem mais nem menos, da apresentação aos leitores da situação de um menino, chamado Abel, «que deseja ser como as outras crianças». Começa o autor do artigo por apelar para o sentimento de piedade dos leitores, fazendo-os «imaginar o drama» daquela criança — «Podeis imaginá-lo! Deveis imaginá-lo. Vós todos que tendes saúde, alegria, emprego, vitalidade, esperança. Imaginai-o no seu dra-

ma. Um menino como todos os meninos, com aquele olhar de véspera das coisas, aquele encantamento que... Imaginai-o menino como os demais, com desejos de menino e alma de menino. Mas com uma diferença: sem pernas.»

A campanha já anteriormente lançada pelo «Jornal de Notícias» reuniu, segundo o artigo a que estamos a fazer referência, a «ajuda e solidariedade» dos leitores, graças à qual o menino poderá ter condições que lhe permitam ter uma vida mais igual à dos outros meninos. Refere, nomeadamente, que «a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) vai fornecer ao Abel a prótese que será construída por dois técnicos alemães que virão ao Porto dentro de alguns dias.»

Quem lê o artigo poderá ficar convencido que a Associação dos Deficientes das Forças Armadas correspondeu ao apelo do «Jornal de Notícias» e vai oferecer ao «menino infeliz» um par de próteses.

É contra isto que nos insurgimos. É este mal entendido que não podemos deixar passar, porque a ADFA nunca correspondeu, nem corresponde, nem corresponderá a apelos de promoção de caridade. Antes repudia essa prática, consciente dos malefícios que ela encerra para a integração social dos deficientes como cidadãos iguais aos outros em direitos e deveres.

Essa caridadezinha, que tão aproveitada foi pelo regime fascista e que tão responsável foi pela marginalização em que os deficientes subviverem no nosso País, é e será sempre por nós denunciada e repudiada. Não podemos, pois, permitir que o nome da ADFA ande enredado nessas campanhas de forma a poderem subsistir quaisquer dúvidas quanto à sua função.

E a sua função, neste caso, é bem clara. A ADFA, através da sua oficina ortopédica na delegação do Porto, vai adaptar duas próteses ao Abel, colocando-o a andar, tal como qualquer oficina, através dum orçamento prévio e do recebimento da verba correspondente ao trabalho executado, tal como acontece com qualquer deficiente, enviado através do Hospital Militar ou dum hospital civil.

O objectivo da ADFA, com o funcionamento da sua oficina de próteses no Porto, é prestar um relevante serviço aos deficientes em geral, podendo adaptar-lhes em melhores condições e com melhores garantias de utilização do que as casas comerciais, as próteses que, por sua vez, os serviços assistenciais de que dependem ou eles próprios pagam.

É esta a função da oficina de próteses da ADFA. Não oferece próteses a deficientes necessitados. Até porque se enveredasse por essa prática teria que oferecer milhares de próteses a muitos milhares de deficientes necessitados que existem no País.

Esses deficientes necessitados deverão ter direito a próteses, sim, bem como todos os meios necessários à sua reabilitação e integração social, mas através das entidades competentes, através do Governo, através de uma exigência da própria sociedade e não desta ou daquela pessoa, desta ou daquela instituição de caridade ou ainda dum jornal qualquer com clientelas lamurientas.

Assim ainda não sucede de facto, e muitos deficientes em situações difíceis existem ainda que vão servindo de pasto a essa alimária devoradora que é a caridade.

A caridadezinha doentia, que exalta desumanamente quem a pratica e amesquinha quem a recebe, obstáculo milenar do desenvolvimento social e da implantação de uma justiça igualitária entre os homens, continua, por via de artigos como o que temos vindo a citar e outras iniciativas do género, a ter espaço para sobreviver nesta nossa sociedade que se movimenta para dias melhores.

Para terminar queremos apenas referir que o artigo do «Jornal de Notícias» vem recheado de ilustrações com os donativos das pessoas para o Abel sem pernas e para «outros casos» objecto desta «cruzada» daquele jornal nortenho.

A CONQUISTA DO ESPAÇO

DOIS SOVIÉTICOS REALIZAM COM ÊXITO DUPLA ACOPLAGEM

Os cosmonautas soviéticos — Cladimir Djanibekov, comandante da nave «Soyuz» e o engenheiro Oleg Makarov — realizaram com pleno êxito a dupla acoplagem.

Tal êxito constitui um facto histórico que a agência noticiosa da União Soviética comentou: «Pela primeira vez na história da cosmo-



náutica foi criado um complexo de pesquisa científica, fabricado pelo homem, em órbita terrestre, o qual consiste numa estação orbital e duas naves».

Efectivamente é a primeira vez na era espacial que um mesmo laboratório em órbita recebe duas tripulações.

O histórico feito cosmonáutico foi uma experiência franco-soviética «Cytos», principiada a bordo por quatro homens.

A «Cytos» tem por fim estudar os efeitos do voo cósmico na cinética da divisão celular dos microrganismos e incide designadamente no papel da ausência da gravidade e das irradiações cósmicas no desenvolvimento das células vivas.

Numa reportagem difundida a cores, em diferido, os cosmonautas mostraram o contentor em que foram colocadas 160 culturas, 128 das quais são francesas, ligadas a um aparelho de controlo, de concepção e fabrico franceses.

A foto que apresentamos é da «Novosti» e mostra à esquerda o comandante Cladimir Djanibekov e a seu lado o engenheiro Oleg Makarov.

AUTOMÓVEL FORD ADAPTADO PARA DEFICIENTES

Através da Embaixada Britânica soubemos que a «Ford» na Inglaterra acaba de colocar no mercado um modelo «Ford Escort»-1300 de preço módico, especialmente equipado tendo em vista as necessidades dos deficientes condutores. Este veículo que se encontra já à venda na Inglaterra poderá, em breve, ser comercializado em outros países.

Trata-se de um carro com caixa automática, com 1300 centímetros cúbicos de cilindrada, de duas portas, com bancos deslocáveis especialmente concebidos pela «Ford» para este veículo, tendo em vista a utilização por pessoas deficientes, de molde a facilitar, sobretudo, a entrada e saída na viatura. Tem ainda outros requisitos próprios para facilitar a condução a deficientes.

Este veículo está preparado para ser adaptado, com maior facilidade, com comandos manuais.

IMPORTANTE:

ACTUALIZAÇÃO DE MORADAS DOS DEFICIENTES NOS QUARTÉIS GERAIS E REPARTIÇÃO GERAL

A Repartição Geral do Ministério do Exército enviou à ADFA uma nota a solicitar aos órgãos de Informação interna da Associação a conveniência que existe em os deficientes terem o domicílio sempre actualizado nos QUARTÉIS GERAIS em que se encontram apresentados e ainda na REPARTIÇÃO GERAL DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, pois que a resolução de assuntos do seu interesse tem sido decisivamente comprometida com as discrepâncias actualmente existentes.

**A VIDA É UMA LUTA CONSTANTE;
QUANTO MAIOR A ADVERSIDADE,
MAIS EXTRAORDINÁRIA A VITÓRIA**

Assinar o «ELO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS», é uma forma de contribuir para a difusão e compreensão da problemática de um vasto sector desfavorecido da população, não de uma forma caritativa mas num espírito de solidariedade e calor humano comprovando que os deficientes não estão sós na luta pela integração numa sociedade que, à medida que se for tornando mais justa, menos os marginalizará.

Recorte e envie para Jornal «ELO» — Palácio de Independência — Largo de S. Domingos — LISBOA.

Queiram considerar-me assinante do «ELO DOS DFA»

Nome

Morada

Localidade

PORTUGAL

ANUAL 100\$00

SEMESTRAL 50\$00

ESTRANGEIRO

ANUAL 200\$00

SEMESTRAL 100\$00

(Marque com um X o quadrado respectivo)

JUNTO ENVIO CHEQUE

VALE DE CORREIO

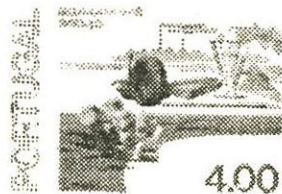
(Riscar o que não interessa)

FILATELIA

NOVOS SELOS PORTUGUESES

De acordo com o programa de emissões para o ano de 1977, divulgado pelos CTT, surgiu, no dia 4 de Outubro, uma série de quatro selos relativos ao subsolo, integrado no ciclo intitulado «Recursos Naturais». Esta série, que abaixo reproduzimos, tem valores faciais de 4\$00, 5\$00, 10\$00 e 20\$00.

O desenho é da autoria de Leonildo Dias.



1.º CENTENÁRIO DA MORTE DE ALEXANDRE HERCULANO
Comiss. de História e Artes de Carvalhos



Emissão alusiva ao subsolo (Ciclo de recursos naturais)

Quando se diz que a própria vida, animal ou vegetal, incluindo o seu aparecimento e o seu processo evolutivo, foi e continua a ser também determinada pela geologia, diz-se uma verdade.

Quando se diz que desde sempre, mas sobretudo nos primórdios da humanidade (nos tempos do Paleolítico-Pedra Lascada) durante mais de um milhão de anos as «cartas demográficas», a geografia das comunidades sobreviventes, eram em grande medida determinadas pelas «cartas de certas pedras», isto é, pela geografia de algumas pedras para armas e «ferramentas» (sílex, quartzitos, etc.) e para abrigo (calcários, etc.), diz-se uma verdade.

Quando se diz que muitas das características que nos distinguem dos homens das culturas da América do Sul são reflexos das profundas diferenças entre a geologia da Meseta Ibérica e a dos Andes, diz-se uma verdade.

Quando se diz que o progresso da humanidade desde sempre e cada vez mais depende essencialmente da capacidade dos povos de aproveitar os recursos minerais (a ponto de se saber que o grau desse aproveitamento é indicador seguro da capacidade de um povo fazer a sua história), diz-se uma verdade.

Quando se diz que o progresso da humanidade desde sempre e cada vez mais depende essencialmente da capacidade dos povos de aproveitar os recursos minerais (a ponto de se saber que o grau desse aproveitamento é indicador seguro da capacidade de um povo fazer a sua história), diz-se uma verdade.

Quando se diz que, em futuro necessariamente não muito afastado, a natureza de bens não renováveis e, em muitos casos, relativamente raros face aos respectivos consumos de recursos naturais não-de levar a uma política de gestão de reservas à escala mundial, diz-se uma verdade.

Quando se diz que, aqui, nestas terras, hoje Portugal, desde há muitos milénios, sobretudo no passado se escreveu história grande com as nossas pedras, desde o paleolítico até aos romanos, isto é, desde a pedra lascada, pedra polida, os tempos da idade do cobre, do bronze, do ferro, etc., aqui se escreveu história grande, diz-se uma verdade.

Quando se diz que algumas das nossas maiores minas de hoje já vêm desde esses tempos, de história grande. (pré-romanas e romanas), diz-se uma verdade.

Quando se diz que, numa Europa Ocidental, expressão rica do progresso das conquistas industriais, radicado no aproveitamento dos recursos minerais, primeiro próprios, que se gastaram em grande medida, depois de outros, entre os quais dos nossos, nessa Europa, já não rica de minérios, nós apresentámo-nos com potencialidades de relevante importância na algumas substâncias de muito interesse, diz-se uma verdade.

Quando se diz que chegou a nossa hora de fazermos a nossa história, melhor história, radcada na máxima mobilização do nosso património mineral (de

muito interesse nos metais básicos—cobre, chumbo, zinco, ferro, volfrâmio, sal-gema, caulinos, mármore, calcários, areias especiais, águas minerais, etc.), exige-se que se entenda que se diz uma verdade.

ENG.º FERNANDO SOARES CARNEIRO — Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos

Emissão comemorativa do Centenário da morte de Alexandre Herculano

Poucas figuras eminentes da vida portuguesa terão efigie tão funda para gravar em selos postais como Alexandre Herculano. E de certo não sucede isto apenas por se dar o caso de haver na fisionomia do grande Homem um traço distintivo, o célebre givaz ou cicatriz de uma navalhada recebida durante uma rixa, em rapaz, cujas circunstâncias estão mal apuradas no assento do Bairro do Crime do Andaluz, em 1828, de que constam. Inocência, o conhecido dicionarista, afirma que os motivos foram políticos: Herculano pertenceria a uma púrria miguelista que ajustava contas. Outros atribuem o ferimento a uma questão de pundonores amorosos, em que Herculano defenderia reais ou possíveis agravos a uma senhora a quem devia protecção familiar.

Fosse como fosse, o defeito físico ficou, e bem vincado, com forte cicatriz, junto da comissura facial direita. A máscara mortuária feita em Vale de Lobos pelo escultor francês Anatole Calmels, a pedido do Duque de Palmela, António Sampaio, configura-a; e é dessa máscara e do busto por ela modelado que se têm de aferir as autênticas feições do insigne historiador.

Quer o crer que a «fotogenia» filatélica de Herculano virá da forte projecção do carácter do homem voluntarioso e célebre no seu próprio e como que fechado rosto. O feito moral e convívio de Herculano era já de si um «sigillo», que é o que «selo» quer dizer.

Herculano é tardiamente contemporâneo da primeira emissão de selos postais portugueses, que, como se sabe, leva a efigie de D. Maria II. Quando se instalou definitivamente em Vale de Lobos, já o rosto de D. Pedro V, tão querido ao historiador campava ao topo da correspondência. Muitos selos desses toques, com emoção fácil de adivinhar, na numerosa correspondência — cerca de trezentas cartas — que me foi gentilmente confiada pelo Duque de Palmela, D. Domingos, que foi nosso embaixador em Londres.

É para mim historicamente muito significativo que o ocaso da existência de Herculano fosse precisamente assinalado por um meio de «postas» que já não era o da sua infância e da sua mocidade, mas uma conquista do progresso material pelo qual, no exílio e no Cerco do Porto, ele tão rijamente se bateu. Dar ao postilhão, sob forma de um timbre, uma espécie de promessa de pagamento de serviços de que o agente não podia duvidar — eis uma transformação das concepções do serviço público vigentes no tempo do crescimento e da formação do historiador que não deixaria de regozijá-lo. Como o uso de telegrafo, pelo sistema Morse, de que Herculano também se serviu em Santarém.

É certo que Herculano figura entre os primeiros reclamantes contra as irregularidades de interpretação das normas de franquia dos correios portugueses. Trata-se de uma extensa carta diri-

gida pelo historiador retirado «Ao Director-Geral dos Correios», datada da «Quinta de Vale de Lobos (Santarém) Setembro de 1858». «Mais de uma vez» — escreve ele — «as provas recebidas ou remetidas por mim têm sido porteadas como cartas. Vindo, porém, esses acessos de zelo fiscal com intermitências e não sendo grande a extorsão, julguei que a própria tranquilidade valia mais do que a defesa. Calei-me e paguei!».

Este incidente, porém, não empana a satisfação que Herculano sentiria em que os progressos das comunicações postais lhe chegassem a Azóia de Baixo, «um dos ermos sertanejos da Alta Estremadura». Dessa vantagem ainda gizou uns anos. E só nos é lícito admitir que o enfado que em geral a escrita lhe causava ensombresse um pouco o prazer de abrir os sobrescritos franqueados e carimbados das cartas com que os amigos o brindavam.

Mas nem essa satisfação ou orgulho progressista seriam necessários para que Herculano merecesse as honras de selo comemorativo dos cem anos da sua morte.

VITORINO NEMÉSIO

Alexandre Herculano de Carvalho Araújo. Nasceu em Lisboa em 28 de Março de 1810 e morreu em Vale de Lobos em 13 de Setembro de 1877.

Historiador, romancista, filósofo político e político de persuasão liberal. Autor de uma «História de Portugal» monumental, foi um sábio que estudou profundamente o Municipalismo Romano na Península Ibérica.

Lutador contra toda a forma de opressão, nos últimos anos, desgostoso com a vileza e deslealdade da vida política, retirou-se para o isolamento da sua propriedade de Vale de Lobos, onde morreu.

CODEFA EM VISEU

A abertura de um posto da Codefa em Viseu começa a tornar-se uma realidade e a criar raízes profundas.

Começando com um pequeno número de sócios pouco a pouco foi criando à sua volta um grupo de pessoas, algumas das quais não deficientes que têm colaborado activamente na implantação da Cooperativa e no aumento razoável de novas inscrições, atingindo mais de 100 sócios e diariamente vão-se verificando novas inscrições. E se o número não aumentou consideravelmente, isso deve-se a factores estranhos à nossa vontade, tais como: instalações reduzidas, falta de corrente eléctrica, distância das fábricas e falta de esclarecimento da população,

que supõe que a Cooperativa é só para Deficientes.

No que respeita a instalações, embora se situem na zona central, tem alguns inconvenientes: são reduzidas e não tem comunicação directa com a rua, o que não desperta muita atenção nas pessoas que aí passam.

No respeitante à falta de corrente eléctrica, não há dúvida que estamos perante uma situação injusta e cruel. De facto, não há mínimo de justiça por quem de direito relativamente aos problemas que afectam os deficientes. Há interesses escondidos, inconfessáveis, que prejudicam quem deseja trabalhar. Será crime fazer chegar ao consumidor os bens de consumo que lhe são indispensáveis, a preços mais baixos, sem serem especulados ou açambarcados?

De qualquer modo, essa situação, ao invés de destruir a Cooperativa, dá-lhe mais força.

A distância a que ficam a maior parte das fábricas, exige maior esforço no sentido de que a gama dos produtos seja cada vez maior e a preços cada vez mais reduzidos.

No entanto embora lentamente, a variedade e qualidade tem aumentado nitidamente, existindo já diversos tipos de produtos de diversa proveniência. Entre eles destacamos produtos alimentares, detergentes, artigos de higiene, cereais, queijos, enchidos, conservas, bebidas de vários tipos e qualidades, vários tipos de louça e vidros, panelas de pressão, etc., etc. Para além disto, há ainda colchões de molas e espuma e também móveis, que embora não estejam expostos na Cooperativa, existe acordo com uma fábrica no sentido de que os sócios possam adquiri-los directamente, a preços muito mais baixos.

No tocante ao esclarecimento da população, existe a ideia de que a Cooperativa é só para os Deficientes. Essa impressão vai-se desvanecendo através dos contactos que se vão mantendo. Daqui fazemos um apelo aos sócios da CODEFA e não só, para que junto dos seus amigos e camaradas esclareçam que qualquer pessoa pode ser sócia da Cooperativa.

Para além das vantagens do ordem económica, a Cooperativa também tem o seu aspecto social, através da criação de postos de trabalho. Neste momento o Posto de Viseu admitiu um camarada que se encontra em grave situação e que com a colocação na CODEFA tem resolvido favoravelmente alguns dos seus problemas.

Se a Cooperativa se desenvolver poderá ter mais trabalhadores. Para que isso aconteça é necessário o apoio de todos.

Através da Codefa, desde que bem orientada, poderá praticar-se a reabilitação e integração dos deficientes. Colabora. Inscreve-te na Cooperativa e participa activamente no seu desenvolvimento.

ALMIRO PAIS CORREIA

REHABILITATION INTERNATIONAL PROMOVE INQUÉRITO

A «Rehabilitation International», organismo internacional não governamental, que se dedica aos problemas da reabilitação e dos deficientes, está a preparar uma publicação sobre a participação de pessoas deficientes no processo de reabilitação. Esta publicação incluirá um capítulo intitulado «O que dizem as pessoas deficientes», no qual serão apresentados comentários emitidos pelos deficientes acerca dos resultados obtidos, os quais serão considerados de grande importância, tanto presentemente como no decurso dos próximos anos.

A «Rehabilitation International» tem vindo a solicitar o auxílio de organizações de deficientes ou outras com eles relacionadas, em todo o mundo, com o fim de preparar a publicação referida.

Para poder ser elaborado esse capítulo — «O que dizem as pessoas deficientes» — foram enviados para diversos países (Rehabilitation International tem a sua sede em Nova Iorque) questionários a fim de serem preenchidos por pessoas deficientes.

A ADFa recebeu, através do representante da «Rehabilitation International» em Portugal, um questionário que preencheu e enviou: já à sede daquela organização.

OFICINA DE TIPOGRAFIA

DA

ADFA

EXECUTA

TODOS OS TRABALHOS

DE TIPOGRAFIA

E ENCADERNAÇÃO

Rua Artilharia Um — Tel. 653593 — LISBOA

A CULTURA É UMA ARMA

Numerosos estudiosos se debruçam, hoje em dia, sobre a tentativa de chegarem às origens da nossa existência.

Povos desaparecidos, seres superiores, estranhas mensagens, livros e linguagem em desuso, são hoje estudados por esses homens. As suas teses fazem reflectir o homem-acomodado que, pacientemente, espera novas teorias cuja receptividade pode ser total, parcial ou nula.

ATLÂNTIDA

Conhecemos o continente submerso da Atlântida por uma narrativa de Platão, corroborada por numerosos outros autores gregos e latinos: Homero, Hesíodo, Eurípides, Élio, Estrabão, Diodoro de Sicília, Plínio, etc., que relatam a tradição ou fornecem pormenores significativos e favoráveis.

Este continente engolido estava situado no oceano Atlântico, o que constitui a versão mais admitida e mais plausível, mas ele é igualmente situado em muitos outros locais.

O QUE CONTA CRÍTIAS

Dois fragmentos do Limeu e do Crítias, diálogos de Platão, deram a conhecer a Atlântida.

Crítias, homem de estado e filósofo ateniense (450 anos a. C.) contemporâneo e parente de Platão, fala a Sócrates (extractos do Limeu):

«— Ouve então ó Sócrates, uma história muito singular mas absolutamente verdadeira, como uma vez disse Sólon, o mais sábio dos Sete Sábios...

«Conta Sólon que tendo ido para junto dos Egípcios ali mereceu grande consideração. Interrogando, sobre a antiguidade, os sacerdotes mais sabedores na matéria descobriu que nem ele nem qualquer outro grego sabia qualquer coisa a esse respeito...

«Um dos sacerdotes, que era muito velho disse então: — Sólon, vocês, Gregos... sois jovens (...) não possuís qualquer opinião antiga proveniente duma velha tradição, nem qualquer sabedoria envelhecida pelo tempo...

«— Das nossas duas cidades (Saís no Egipto e Atenas), a mais antiga é a vossa (...). Desde que esse país é civilizado, ele afundou-se, afirmam as nossas escrituras sagradas...

«— Revelam as nossas escrituras como a vossa cidade aniquilou outrora uma potência insolente que invadira, simultaneamente, toda a Europa e toda a Ásia e se atirava contra ela do fundo do Atlântico.

A ATLÂNTIDA FOI ENGOLIDA

O Crítias segue-se ao Timeu. Crítias detém quase sempre a palavra, e descreve a Timeu e a Sócrates o elevado grau de civilização atingido pelos Atlântas.

A Atlântida era rica em metais, em frutos e em animais desconhecidos do resto do mundo. Os seus habitantes, desinteressadamente, aumentavam os seus bens pela concórdia e a virtude.

Infelizmente, tiveram de sofrer a lei inexorável da decadência; o elemento humano, o luxo e a cupidéz prevaleceram sobre o elemento divino.

Travaram guerras, aumentando o seu território. Deus castigou-os destruindo-lhes o país, que media, diz Platão, 3000 estádios de comprimento e 2 mil subindo do mar até ao seu centro.

Resulta desta exposição que a narrativa colocada por Platão na boca de Crítias é uma história verdadeira, e o autor insiste para que ela seja considerada como tal.

Aliás em «A República», uma das suas obras principais, ele ergue-se com veemência contra Hesíodo e Honuro, «esses contistas perigosos» que deformam a verdade histórica.

Os documentos donde o sacerdote de Saís extraiu as suas afirmações existiam no Egipto.

Os acontecimentos passaram-se há agora perto de 12 mil anos e é sintomático notar que o dilúvio universal data precisamente de há 12 000 anos, segundo os «glaciólogos».

PROVAS DA EXISTÊNCIA DA ATLÂNTIDA

Os indícios confirmando a existência da Atlântida são numerosos e convincentes. Eis os principais:

— As Formigas, ilhas numerosas em volta dos Açores, formadas por escolhos perigosos para a navegação, como se mencionam no Timeu.

— Linha de fractura chamada «dorsal atlântica», indo da Islândia ao Antártico, semelhante a uma cicatriz.

— Entre a dorsal e os continentes, encontra-se o leito dos rios Hudson, Loire, Sena e Reno.

— Em 1898, um navio colocador de

Neste número do nosso «ELO» abordamos um assunto deveras melindroso, pelas opiniões tão diversificadas que sobre ele existem. Contudo a maioria dos arqueólogos, historiadores, estudiosos, etc. têm tantos pontos coincidentes, que até o mais incrédulo ficará com uma pequena dúvida. Trata-se do lendário continente desaparecido:

A autenticidade da Atlântida foi durante muito tempo posta em dúvida, mas pode dizer-se que nos nossos dias ela já não tem detractores.

Não temos a intenção de relatar pormenorizadamente a génese do assunto, que de resto é bem conhecida, mas sim recordar as suas grandes linhas, trazer elementos novos e fazer o ponto das mais recentes descobertas de carácter histórico ou arqueológico.

«— Pois nesse tempo, podia-se atravessar aquele mar. Ele tinha uma ilha diante dessa passagem a que vós chamais, como me dizeis, as colunas de Hércules (estreito de Gibraltar).

«— Essa ilha era maior que a Líbia (entre os antigos a Líbia compreendia a Síria, o Egipto, a Líbia e até a África do Norte) e a Ásia reunidas. E os viajantes desse tempo podiam passar dessa ilha para outras ilhas e dessas ilhas alcançar todo o continente (a América) na margem oposta a esse mar...

«— Ora, nessa ilha Atlântida, reis tinham formado um império grande e maravilhoso (...). Ora, essa potência, uma vez concentradas todas as suas forças, resolveu subjugar, duma só vez, o vosso território e o meu, e todos quantos se encontravam deste lado do estreito.

«— ...Nos tempos seguintes houve terremotos horríveis, e cataclismos. No espaço de um só dia e uma noite terríveis, todo o vosso exército foi engolido, duma só vez, pela terra, e da mesma forma a Atlântida mergulhou nas profundezas do mar e desapareceu.

«— Eis porque, ainda hoje, esse oceano de além é difícil e inexplorável devido ao obstáculo dos fundos lodosos e muito altos que a ilha ao afundar-se provocou (o mar dos Sargaços).

Segundo esta narrativa, a Atlântida situava-se em pleno oceano Atlântico, entre a América, por um lado, e a Europa e a África do Norte por outro. A sua capital tinha o nome de Poseidónia.

Supõe-se que o seu centro se situava perto dos Açores, o que corresponde ao perfil submarino do oceano, que vem à superfície nesse local e possui fundos de pouca profundidade.

Os Atlântas invadiram a Grã-Bretanha, a Gália, a Península Ibérica, a Itália e todo o contorno do Mediterrâneo. E sem dúvida invadiram também a parte costeira da América.

É precisamente nessas regiões do mundo que se encontra a maior parte dos megalitos celtas: túmulos, pirâmides, dólmenes e menires. Este pormenor é de grande importância.

Antes do dilúvio, várias grandes civilizações existiam; em primeiro lugar a da Atlântida e em segundo lugar a da Grécia.

Essas civilizações foram destruídas pelo cataclismo, e escusado será dizer-se que o imenso continente Atlântida não desapareceu no mar sem provocar uma maré-cheia mundial que submergiu e destruiu todas as nações do globo.

Estas considerações juntam-se à passagem do Génesis (cap. VI) em que Deus declara estar arrependido da sua obra e vai desencadear o dilúvio universal.

cabos submarinos recolheu do fundo do Atlântico 3300 metros de lava vitrea tendo a composição química dos basaltos. Esta lava, que se encontra no Museu das Minas, de Paris, só poderá ter-se consolidado àquele ponto à pressão atmosférica normal.

Daqui se depreende que o fundo do Atlântico, a 500 milhas ao norte dos Açores, foi recoberto de extensas camadas de lava quando se encontrava emerso. O ponto exacto fica a 47º de latitude norte, e 29º 40' de longitude oeste.

— A Dr.ª Maria Klionova, professora

de mineralogia e geologia, em missão a bordo do navio-laboratório russo Mikhaél Lomonossov, descobriu no Atlântico Norte uma montanha desconhecida que julga ser o vestígio de um continente tendo existido há 15 mil anos.

Platão não podia adivinhar a existência dessa lava, dessa espinha dorsal atlântica, a data precisa do dilúvio que só se tornou conhecida em 1964, o mar dos Sargaços, o continente americano situado par lá da Atlântida, ou a existência da corrente do Golfo, quando se refere à existência duma nascente de água quente e de água fria ao mesmo tempo (no Crítias).

Ele desconhecia também que, segundo a teoria de Wegener, a deriva dos continentes explicaria o desmantelamento da grande ilha situada sobre a linha de fractura terrestre.

— Os petróis, aves castanhas migradoras, atravessam o Atlântico, da Europa à América, de Setembro a Outubro. Chegados a cerca de 600 milhas a su-

doeste de Cabo Verde, voam em círculo, durante longo tempo, depois do que tornam a partir, em direcção ao Brasil.

Os seus cromossomas-memórias dizem-lhes que existiu outrora, naquele local, uma escala terrestre: a Atlântida.

— Os iolandsis (acumulação de gelo assente numa base continental) da América e da Europa apresentam-se como se fizessem parte dum iolandsis geral estendendo-se sobre a superfície actualmente ocupada pelo oceano.

Há pois a certeza de que na época glacial um continente emergia no meio do Atlântico.

— Analogia entre a flora miocénica da Europa e a flora actual da América Oriental.

— A reprodução de enguias, cujas fêmeas, habituais nas águas terrestres, vão desovar no mar dos Sargaços, solicitadas pelos seus cromossomas-memória.

(Bibliografia: «O Livro do Misterioso Desconhecido», de Robert Charroux.)

PORTUGAL COMPRA A CRÉDITO TRIGO, ARROZ E FORRAGENS

O Departamento da Agricultura dos EUA anunciou o restabelecimento de uma linha de crédito de oito milhões de dólares (cerca de 320 000 contos), que expirou em 31 de Outubro passado, para fi-

nanciar vendas de trigo norte-americano a Portugal, nos termos do programa de vendas a crédito da Corporação de Exportações de Vendas a Crédito.

O Departamento da Agricul-

tura revelou que um saldo de 7,9 milhões de dólares (aproximadamente 316 000 contos) se encontra disponível sob a linha de crédito.

As vendas devem ficar registadas na corporação até 31 de Dezembro e os embarques devem estar completados em 31 de Agosto de 1978.

O Departamento da Agricultura anunciou também que uma linha de crédito existente de 13 milhões de dólares (cerca de 520 000 contos) para financiar vendas de arroz a Portugal, seria emendada, de forma a incluir trigo e forragens.

Acrescentou que cerca de 2,2 milhões de dólares (aproximadamente 88 000 contos) ficariam disponíveis para a compra de trigo ou de forragens e cerca de 10,8 milhões (o equivalente a 432 000 contos) para a aquisição de arroz.

LEI DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CONCEDE ISENÇÕES FISCAIS ÀS PESSOAS COLECTIVAS DE UTILIDADE PÚBLICA E DE UTILIDADE PÚBLICA ADMINISTRATIVA

Foi publicada no Diário da República de 17 de Janeiro a Lei n.º 2/78 que vem conceder as seguintes isenções fiscais às pessoas colectivas de utilidade pública e de utilidade pública administrativa:

— Imposto do selo;

— Imposto sobre as sucessões e doações e de sisa pela aquisição de edifícios necessários à instalação da sua sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários;

— Contribuição predial pelo rendimento colectável de prédios urbanos onde se encontrem instalados a sede, delegações e serviços indispensáveis aos fins estatutários;

— Impostos alfandegários sobre material indispensável aos seus fins e não produzido no País;

— Isenção de custas judiciais.

As isenções dos impostos sobre sucessões e doações, contribuição predial e impostos alfandegários poderão ser obtidas mediante despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, das Finanças e da Tutela.

TRAZ OUTRO AMIGO TAMBÉM

Lançamos uma campanha destinada a uma maior difusão do nosso ELO.

Porque os «frutos» dessa campanha já são notórios, porque foi boa a aceitação que tal campanha teve entre os nossos amigos, achámos que tais factos merecem uma referência.

E ela, aqui fica.

Muito obrigados amigos, já somos mais, mas ainda queremos mais. Por isso continuamos a campanha de divulgação e assinaturas que só poderá ser coroada de êxito se todos os amigos trouxerem um novo amigo.

Ficamos à espera de novas assinaturas. E quem diz assinaturas, diz críticas, sugestões, colaboração, etc. etc.

A campanha de divulgação e assinaturas é simultaneamente uma campanha destinada à participação activa na feitura do «ELO».

MAIS UM JORNAL DE DEFICIENTES

Mais um jornal de deficientes acaba de ser editado. Trata-se do jornal «Associação», da Associação portuguesa de Deficientes, cujo primeiro número saiu em Dezembro passado.

Neste quase deserto de informações sobre reabilitação e deficientes que tem sido o nosso País, não podemos deixar de nos congratular com o aparecimento do «Associação», desejando-lhe longa vida e um bom trabalho ao serviço dos deficientes.

JORNAL «ELO»

CAMPANHA

DE DIVULGAÇÃO

E ASSINATURAS

-COLABORA

QUE ESCOLA? QUE PAIS?

Nos últimos dias graves acontecimentos afectaram a vida estudantil nalguns estabelecimentos de ensino de Lisboa e Porto.

Tais acontecimentos não deixam de ser apreensivos mas, ao mesmo tempo, algumas ilações poderemos extrair.

Quando no tempo do fascismo os estudantes democratas se manifestavam contra o sistema escolar, não faltavam os polícias e as prisões. À parte que nunca uma greve ou manifestação desencadeada por estudantes das «esquerdas» tivesse provocado distúrbios entre a população, ou mesmo prejuízos significativos nos estabelecimentos escolares que frequentavam.

Os «meninos família» que de emblema ao peito, de braço estendido fazem a saudação nazi-fascista, assaltam escolas, drogam-se, agredem, provocam, apedre-



jam (aliás estas práticas constituem o processo fascista de se imporem a um Povo), pois os fascistas sabem perfeitamente que submetendo-se ao único termómetro capaz de avaliar a sua implantação — as eleições livres, sem fraudes — nunca conseguirão atingir o Poder.

E no meio de tudo isto uma pergunta se levanta:

— Que acontece ou irá acontecer a esse bando causador de prejuízos em edifícios públicos, agressões a pessoas, e que perfilham ideologia fascista claramente proibida pela Constituição da República Portuguesa que ainda vigora?

As perguntas suceder-se-iam em cadeia.

Muitos dos jovens que constituem o «gang» são, de certeza absoluta, aliciados. E o aliciamento não é de todo difícil, isto porque, nos dias que correm a violência constitui o «pão-nosso-de-cada-dia».

Seja através do cinema, seja através da televisão, uma enorme percentagem de filmes são dedicados à violência, havendo ainda neste grupo uma grande parte que fazem apologia clara à agressão. Este clima aliado ao inconformismo «sui generis» da juventude, facilitam o aliciamento dos jovens, alguns jovens, a práticas, a todos os

níveis lamentáveis e condenáveis, de que são exemplos os acontecimentos recentemente verificados.

Nos acontecimentos de Lisboa, o bando depois de ter sido dispersado, dedicou-se a provocar trabalhadores, que nas imediações angariavam honestamente o seu sustento e dos seus familiares. A outra conclusão poderemos chegar:

— Defenderão os interesses dos trabalhadores, os fascistas?

É claro que se a pergunta é ingénua, ingénua é forçosamente a resposta. Quarenta e oito anos de fascismo em Portugal respondem, às provocações que os «meninos bem» lançaram a quem trabalha.

É importante salientar que é o Povo trabalhador quem paga as escolas, por tal motivo elas não podem ser impunemente boicotadas e ou danificadas pelos inimigos do Povo. Tais actos terão que ser punidos. Além de que é urgente, urgentíssimo uma vasta campanha que «desintoxique» a nossa juventude, porque uma tal campanha de certeza iria enfraquecer as fileiras dos bandos de marginais que afectam o normal funcionamento das aulas. Isto para nos reportarmos apenas aos meios estudantis, porque a violência e práticas fascistas já atingem quase todos, não todos os sectores da vida nacional. Se o Povo português votou contra o fascismo, a Constituição proíbe-o e a Assembleia da República o condenou, que se espera para se isolar e neutralizar esse cancro do Povo?

CEGOS SÃO AQUELES QUE NÃO QUEREM VER

De entre a larga camada populacional marginalizada pela sociedade, os cegos serão talvez os mais esquecidos.

A força de vontade e a consciencialização tem permitido que os cegos realizem certas «proezas» que deixam a sociedade «boquiaberta» como se presenciasse o impossível.

Hoje em dia, o sentido das responsabilidades, o querer quebrar as humilhantes grilhetas, o querer estar dentro da sociedade, leva os cegos a unirem-se e expõem os seus problemas.

Na introdução do presente trabalho, falámos de «proezas» conseguidas pelos cegos.

Mas afinal que proezas são essas?

Será proeza um cego conseguir uma licenciatura? Ou será que a sociedade, dominada por preconceitos idiotas e tabús ridículos, lhe custa aceitar certos «sacrilégios».

O espanto causado na nossa sociedade aquando do doutoramento em matemáticas conseguido por um cego apenas se pode traduzir como palermice colectiva.

É necessário, é urgente que toda a gente saiba que o «ceguinho» congénito ou recente, não nasceu, exclusivamente, para tocar música nas ruas, vender a «sorte grande» ou esmolar junto das igrejas ou outros lugares públicos.

O cego deseja, e tem direito, um lugar digno na sociedade. Para tal é necessário que a sociedade se dispa dos preconceitos que (ainda) a cobrem e que encare de frente o problema dos cegos.

Hoje em dia muitos e variados são os trabalhos efectuados por pessoas cegas, desde telefonistas até trabalhos efectuados com máquinas de precisão. Isso é uma prova cabal das capacidades dos invisuais.

A bengala vermelha e branca ou metálica não pode funcionar como uma marca, no pior sentido. O cego, como qualquer outro deficiente, apenas deseja mostrar que é útil à sociedade, e não é colocando-o à margem que ele pode mostrar as suas potencialidades.

Não é apenas pegar no braço do cego para atravessar a rua que é ajudar. Ajudar o cego é isso e muito mais. E nesse «muito mais» está in-

cluído o fim da marginalização, o direito ao trabalho e à família, enfim todos os direitos e deveres comuns aos restantes cidadãos.

É certo que no nosso país não estão criadas as infra-estruturas necessárias para o fim da marginalização, mas é tempo de se lançar mãos-à obra e criarem-se as condições essenciais que permitam que a sociedade seja uma e não dividida em cidadãos de várias categorias.

O DEFICIENTE NA SOCIEDADE DEFICIENTE

Uma sociedade não poderá classificar-se de «justa», enquanto todos os seus membros não tiverem plena igualdade de direitos e deveres.

O assunto não é novo nas nossas colunas, mas a transformação social por que nos batemos ainda não se operou. Por tal facto continuamos a insistir neste ponto de suma importância, não só para cerca do milhão de deficientes existente no nosso país, como para os milhões de pessoas que directamente convivem com esses deficientes.

O ostracismo que os antigos «governantes» votaram ao Povo português, reflecte-se, duma maneira impar, nos deficientes e reformados que, conjuntamente, formam o imenso «exército» de marginalizados.

Por isso mesmo, nós deficientes das Forças Armadas, nunca nos isolámos dos outros marginalizados deste Portugal a que pertencemos.

Se alguns de nós usufruem reformas (pensões) que permitem fazer face a tratamentos, remédios, etc., é conveniente não esquecermos, por um único momento, que, entre os deficientes das Forças Armadas, existe um largo sector que nada recebe, ou muito pouco. E igualmente não poderemos olvidar os deficientes civis que pouquíssimo ou nada recebem e as irrisórias pensões «auferidas» pela terceira idade.

Como um dos objectivos da nossa Associação é

precisamente a reintegração social e como o nosso «ELO» é o «porta-voz» da ADFA, constantemente insistimos no assunto que estamos a tratar.

A transformação social é, e tem que ser, obra de todos nós. Se as mentalidades mais tacanhas opõem uma barreira à integração social que pretendemos, teremos que apontar as nossas baterias e derrubar essa barreira com a força da nossa razão.

O aumento de assinantes do nosso jornal é sintomático das transformações sociais que desejamos. Tais assinantes estão, implicitamente ao lado da luta diária que o deficiente trava para ser membro de pleno direito na sociedade a que forçosamente pertence.

Tal facto é um incentivo que, de certa maneira, traduz o «êxito» dos nossos propósitos. Por isso continuamos a lutar e se já «conquistámos» alguns elementos não deficientes estamos certos que derrotaremos aqueles que querem (in)conscientemente remeter os deficientes para um sub-mundo.

Todos aqueles que julgam que o deficiente «nasceu» para esmolar serão esmagados pelo peso da força da razão e da justiça que nos assiste.

É enquanto houver entraves à (re)integração social dos deficientes, enquanto a sociedade não se livrar dos «tabus» que a agrilhoam, nós continuaremos a lutar, e cada vez somos mais fortes, como forte é a justiça que nos assiste.

VIDA MAIS CARA 27 POR CENTO

De todos os produtos do custo de vida se deve situar muito próximo dos 45 por cento. «Profecia» que não deixa de inquietar os portugueses, que de tanto contarem o dinheiro, já quase que teremos que usar binóculos para o vermos no próximo ano.

Tudo o resto aumentou, tanto os géneros alimentícios como vestuário, calçado, não falando na habitação.

Certos produtos ultrapassaram a barreira dos 100 por cento, entre eles, o cacau, o café e o chá. Efectivamente o «cacauzinho» de manhã nos dias frios que se fazem e fizeram sentir, a tradicional «bica» e o chá para acompanhar as torradas ou não, em 1977 passaram a custar mais ou menos, o dobro que no ano anterior.

No caso da habitação, os aumentos na generalidade, não se verificaram (diga-se que também, na maior parte dos casos, se a habitação aumentasse...)

Os números que referimos constam duma infor-

mação divulgada recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, onde, feitas as contas, no geral, a vida aumentou, em relação a 1976, 27 por cento.

A este propósito, lembramos que durante a realização dum colóquio sobre este assunto que nos atinge a todos, realizado na cidade do Porto, peritos calculam que no ano que agora se inicia, o aumento

de 24 e 41 por cento, respectivamente. A comida caseira, isto é, a preparada em casa aumentou em 33 por cento, enquanto que nas casas de comidas o aumento cifrou-se em cerca de 23 por cento.

No aspecto de «fachada» os números são mais «animadores». Assim, o vestuário rondou um aumento de 18 por cento, enquanto o calçado fixou-se nos 22 por cento.

Aumentos significativos registaram-se também nos transportes (24,5 por cento), e às comunicações coube um aumento de 34 por cento. Por subgrupos, aqui, os números mais fortes pertencem aos correios (44 por cento), telefones com 33, transportes privados 30, transportes colectivos suburbanos 25 e automóveis de aluguer 24,7 por cento.

«Dar de beber à dor» também não adianta, pois as bebidas aumentaram 29 por cento.

Miudezas, salsicharia e aves de capoeira, tiveram cerca de 37 por cento de aumento. A feijoada ficou mais cara 29,5 por cento em relação à «matéria-prima». Quanto ao tradicional grão com bacalhau, terá que «repensar-se» na tradição: «bacalhau já não há e o grão aumentou 79,4 por cento.

NOTA: Estes números apenas se referem ao Continente.



Quanto custa, hoje em dia, fazer compras?

Aumentamos a lutar, e cada vez somos mais fortes, como forte é a justiça que nos assiste.